

**MESTRADO EM**  
**ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS**  
**EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**A ALEMANHA COMO PORTA DE ENTRADA PARA O GÁS**  
**NATURAL RUSSO NA UNIÃO EUROPEIA**

**INÊS ALEXANDRE COSTA FAIAS**

**OUTUBRO – 2022**

**MESTRADO EM**  
**ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS**  
**EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**A ALEMANHA COMO PORTA DE ENTRADA PARA O GÁS**  
**NATURAL RUSSO NA UNIÃO EUROPEIA**

**INÊS ALEXANDRE COSTA FAIAS**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MANUEL ZORRO MENDES**

**OUTUBRO – 2022**

## RESUMO

A presente dissertação analisa a posição adotada pela Alemanha, em torno do gás natural, no âmbito da existência de uma relação de dependência energética da União Europeia (UE) relativamente à Rússia.

A dissertação demonstra que, se, por um lado, a UE tem realizado alguns esforços no sentido de alcançar um adequado nível de segurança energética, por outro lado, a Alemanha, enquanto Estado-Membro (EM) da UE tem, em parte, dificultado o alcance de tal objetivo devido às relações histórico-económicas que mantém com a Rússia, particularmente em torno do gás natural, desde o período da Guerra Fria. É possível concluir que, apesar da relação histórica ter providenciado benefícios mútuos, o foco excessivo alemão no aprofundamento da interdependência económica germano-russa, como paralelismo à *Ostpolitik*, em particular no setor do gás natural, conduziu a Alemanha a negligenciar múltiplas vezes a segurança do fornecimento energético, tanto a nível nacional como europeu.

## ABSTRACT

The following dissertation analyzes Germany's position, concerning natural gas, in the context of the existence of a relationship of energy dependence of the European Union (EU) in relation to Russia.

It demonstrates that, if on the one hand, the EU has made some efforts towards achieving an adequate level of energy security, on the other hand, Germany, as an EU Member State, has, in part, hindered the achievement of this objective, due to the historical-economic relations it has maintained with Russia, particularly around natural gas, since the Cold War period. It is possible to conclude that, although the historical relationship has provided benefits to both countries, Germany's excessive focus on deepening economic interdependence between the two parties, as a parallel to *Ostpolitik*, particularly in the natural gas sector, has led Germany to repeatedly neglect the security of energy supply, both nationally and at the European level.

## AGRADECIMENTOS

A presente dissertação representa o término de uma longa jornada e de um ciclo que dificilmente esquecerei.

Assim, torna-se imperativo agradecer a todos os que, longe ou perto, foram uma parte essencial de todo este caminho. Um primeiro agradecimento aos meus pais e ao meu irmão por todo o apoio, paciência e pela liberdade que me deram para voar e sonhar. Um agradecimento especial aos meus tios e primos, que mesmo a 10 875 quilómetros de distância e impossibilitados de me visitarem durante toda a pandemia, contribuíram sempre para me apoiar e permitir que este percurso fosse possível- longe, mas perto. A toda a minha restante família, por me valorizarem sempre como pessoa e como estudante e por nunca ficarem aborrecidos comigo devido às horas que abdiquei de estar na vossa companhia em prol dos estudos.

De importância fundamental foi também o excelentíssimo Professor José Manuel Zorro Mendes, um orientador exímio, prontamente disponível a auxiliar, a incentivar e a contribuir para que esta dissertação fosse possível. Obrigada por demonstrar tão vivamente que não há nada melhor do que sermos acompanhados por alguém que gosta genuinamente da profissão que exerce e que valoriza o ensino universitário em Portugal.

Um agradecimento especial ao meu querido André, por apoiar, compreender e ser parte do meu caminho. Por todas as horas passadas ao meu lado na biblioteca numa jornada de redação que parecia infundável.

Um agradecimento às minhas amigas e amigos: à Catarina, à Daniela, à Bárbara, à Joana, à Carolina, à Margarida, ao João e ao Vítor. Por não estarem sempre (nem exatamente) na mesma fase que eu, mas por apoiarem todas as minhas conquistas como se fossem vossas.

## ÍNDICE

ÍNDICE.....	iii
LISTA DE FIGURAS.....	iv
ABREVIATURAS.....	v
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
2.1. <i>A Conceptualização de Segurança Energética</i> .....	3
2.2. <i>A realidade energética europeia</i> .....	6
3. A RELAÇÃO ENERGÉTICA UE-RÚSSIA.....	11
3.1. <i>Visão/Abordagem histórica</i> .....	12
3.2. <i>Consequências da relação energética UE-Rússia: o gás natural como arma energética para fins políticos?</i> .....	15
4. A ALEMANHA COMO UMA PORTA DE ENTRADA PARA O GÁS NATURAL RUSSO NA UNIÃO EUROPEIA .....	20
4.1. <i>As relações germano-russas em torno do gás natural</i> .....	20
4.2. <i>Nord Stream II: um passo atrás da Alemanha na condução da segurança energética da UE?</i> .....	27
5. O CAMINHO A PERCORRER: A REDUÇÃO DA DEPENDÊNCIA E O REFORÇO DA SEGURANÇA ENERGÉTICAS DE PAR COM A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA .....	32
5.1. <i>A implementação de uma União da Energia efetiva: o foco na completação do mercado interno</i> .....	33
5.2. <i>O papel-chave dos projetos de infraestrutura comuns</i> .....	36
5.3. <i>As metas climáticas como parte integrante do reforço da segurança energética</i> .....	40
6. CONCLUSÃO .....	44
REFERÊNCIAS.....	47

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> Peso dos recursos energéticos no total de energia disponível (%). -----	7
<b>FIGURA 2:</b> Peso da produção da energia na UE27, por recurso energético. -----	7
<b>FIGURA 3:</b> Taxa de dependência energética (%) na União Europeia. -----	8
<b>FIGURA 4:</b> Mapa representativo das rotas dos gasodutos <i>Nord Stream I e II</i> . -----	28
<b>FIGURA 5:</b> Mapa representativo das rotas dos gasodutos <i>TANAP e TAP</i> . -----	37
<b>FIGURA 6:</b> Mapa representativo do projeto de gasoduto <i>EastMed</i> . -----	38

## ABREVIATURAS

**AIE:** Agência Internacional da Energia

**COMECON:** *Council for Mutual Economic Assistance*

**CEF:** *Connecting Europe Facility*

**CTBO:** *Carbon Take Back Obligation*

**EFSI:** *European Fund for Strategic Investment*

**EU ETS:** *European Union Emissions Trading System*

**EM:** Estados-Membros

**GEE:** Gases de Efeito de Estufa

**NATO:** Organização do Tratado do Atlântico Norte

**OPEP:** Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**PIB:** Produto Interno Bruto

**RFA:** República Federal Alemã

**SPD:** *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*

**TANAP:** *Trans-Anatolian Natural Gas Pipeline*

**TAP:** *Trans-Adriatic-Pipeline*

**UE:** União Europeia

**URSS:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ou União Soviética





## 1. INTRODUÇÃO

Os recursos energéticos, com destaque para os combustíveis fósseis, como o petróleo e o gás natural, representam uma parte essencial para o adequado funcionamento e desenvolvimento das sociedades modernas, ao exercerem funções primordiais em áreas como o aquecimento e os transportes. Não obstante esta centralidade, os combustíveis fósseis estão associados a três grandes problemáticas: *i)* a sua oferta é limitada e escassa, sobretudo se considerarmos a exacerbada procura por esta tipologia de recursos; *ii)* a sua distribuição pelo mundo é bastante desigual e *iii)* ao serem utilizados em quantidades bastante elevadas, acabam por ter um impacto ambiental nefasto, contribuindo para a degradação da qualidade de vida no planeta Terra. Posto isto, não se torna complexo inferir que a segurança energética se destaca como questão fulcral para a definição de políticas, a tomada de decisões e a posição adotada pelos diferentes Estados.

O alcance de um adequado nível de segurança energética tem-se destacado como uma das múltiplas inquietações da União Europeia (UE), ao longo dos últimos anos, considerando a sua posição vulnerável enquanto importadora líquida de recursos energéticos, exacerbada pelo facto de ser significativamente dependente de um único fornecedor: a Rússia, sobretudo no âmbito do gás natural. A invasão russa à Ucrânia, em 2022 é, simultaneamente, um reflexo dos perigos decorrentes da dependência do aprovisionamento significativo num único fornecedor e num número bastante reduzido de rotas.

Apesar da centralidade da questão, os esforços realizados no sentido da diminuição da dependência energética parecem indiciar, em certa medida, a inexistência de coesão da parte da UE, visto que os Estados-Membros (EM) têm adotado posições bastante distintas e ritmos diferenciados no que concerne aos objetivos energéticos e climáticos que almejam reforçar a posição europeia no âmbito da segurança energética. Se por um lado, vários países aparentam procurar diversificar os fornecedores e as rotas de gás natural, dada a sua particular vulnerabilidade e receio relativamente ao *modus operandi* russo em questões energéticas, por outro lado, países

como a Alemanha parecem indiciar uma relativa continuidade nas suas dinâmicas de proximidade económica à Rússia, por via do gás natural.

Posto isto, o objeto de estudo da presente dissertação será a relação de dependência energética entre a União Europeia e a Rússia, apresentando como caso particular as relações germano-russas estabelecidas em torno do gás natural.

De modo a garantir robustez académica ao presente trabalho e, simultaneamente, verificar o *status quo* energético da UE e as diferenças entre os respetivos EM, desenvolverei o enquadramento teórico presente no segundo capítulo. Esta parte é, desde já, fulcral para compreender a posição energética alemã no seio da UE.

De seguida, o terceiro capítulo focar-se-á na relação histórica UE-Rússia, em torno do gás natural, evidenciando as consequências a que a UE está exposta devido ao seu estatuto de importadora líquida de gás russo.

Posteriormente, dedicarei o quarto capítulo à exploração das relações germano-russas focadas no gás natural, evidenciando as diferentes abordagens adotadas pela Alemanha relativamente à Rússia, desde o período da Guerra Fria e apresentando o caso específico do *Nord Stream II* como um possível recuo alemão na condução da segurança energética pós anexação russa da Crimeia, em 2014.

Finalmente, o último capítulo da dissertação centrar-se-á no caminho que a UE terá de percorrer no sentido de reduzir a dependência e reforçar a segurança energética, à medida que transita para uma economia mais sustentável.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 2.1. A *Conceptualização de Segurança Energética*

A segurança energética e as ameaças subjacentes afirmam-se como questões de cariz universal, visto que guiam as interações entre os vários atores integrantes do *status quo* do sistema internacional (Elbassoussy, 2019), mas também na medida que afetam a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades como um todo, substancialmente dependentes de um fornecimento energético ininterrupto (Ang *et al.*, 2015). Ademais, a segurança energética tem uma habilidade exímia para definir as políticas, bem como os comportamentos adotados pelos vários países (Azzuni & Breyer, 2018).

A segurança energética destaca-se, assim, como um conceito amplamente debatido por diversos autores nas mais variadas áreas, centrando-se, portanto, em aspetos e dimensões muito distintas. Consequentemente, as contribuições teóricas originaram uma vasta panóplia de definições de segurança energética.

A literatura teórica focada nesta conceção teve origem nos anos sessenta do século XX, ganhando ímpeto significativo com os embargos petrolíferos dos Estados da OPEP aos países importadores de petróleo ocidentais, em 1973 (Elbassoussy, 2019). Não obstante este aspeto, a segurança energética era já reconhecida enquanto preocupação no Ocidente desde a Primeira Guerra Mundial, quando Winston Churchill se debateu entre manter os navios da Marinha Real Britânica movidos a carvão ou convertê-los ao petróleo<sup>1</sup> (Yergin, 1988).

Assim, David Deese (1979) definiu segurança energética como condição na qual uma nação perceciona a elevada probabilidade de ter um abastecimento energético adequado (incluindo fontes tradicionais, como a lenha e os resíduos de animais e do planeta que não são comercializados nos mercados) a preços acessíveis<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Este impasse resultava de um simples *trade-off* entre os riscos e os ganhos decorrentes da transição dos navios da Marinha Britânica de carvão para petróleo. Se por um lado, a adoção deste último recurso energético concedia vantagens, em termos de flexibilidade e rapidez aos britânicos em relação ao inimigo alemão, por outro lado, deixava o Reino Unido, uma nação sem grandes reservas petrolíferas, dependente dos países exportadores de petróleo (Yergin, 1988).

<sup>2</sup> Entenda-se por preços acessíveis todos os preços que não provoquem graves perturbações na atividade social e económica (Deese, 1979).

Se, por um lado, a conceptualização da segurança energética deixou de ser um alvo central do interesse académico, graças à estabilização dos preços do petróleo e à diminuição das ameaças de embargos petrolíferos, nos anos oitenta, por outro lado, autores como Yergin (1988) atribuíram particular importância ao conceito, reiterando a necessidade de se manter como preocupação fulcral. Neste sentido, caracterizou a segurança energética como a necessidade de assegurar o fornecimento energético adequado e de confiança, a preços acessíveis, sem que prejudique os valores e objetivos nacionais do país em questão (idem, 1988). Assim, não se torna complexo inferir que, até ao início dos anos noventa, os intitulados estudos clássicos da segurança energética focavam-se em dois aspetos fundamentais: a disponibilidade e a acessibilidade económica dos recursos energéticos (Cherp & Jewell, 2014).

O interesse académico na segurança energética reemergeu com o início do século XX, um período marcado pela imperatividade de garantir uma resposta adequada às disrupções de fornecimento de gás natural à Europa, a par da pressão para descarbonizar os sistemas energéticos, no contexto das crescentes preocupações ambientais (idem, 2014). Neste sentido, os estudos contemporâneos da segurança energética recentraram o foco da sua análise para novas dimensões, particularmente, a aceitabilidade ambiental (Elbassoussy, 2019).

A par disto, também as grandes organizações e instituições internacionais optaram por atribuir uma importância central a esta conceptualização. O Banco Mundial definiu que a segurança energética se baseia em 3 pilares: eficiência energética, diversificação da oferta e minimização da volatilidade dos preços (Sovacool & Brown, 2010). O *Asian Pacific Research Centre* (2007) definiu a segurança energética como a habilidade de uma economia garantir a disponibilidade do fornecimento energético de modo sustentável e atempadamente, com o preço da energia a um nível que não afete negativamente o seu desempenho económico.

Por sua vez, a Agência Internacional da Energia (AIE) conceptualizou a segurança energética como disponibilidade ininterrupta de recursos energéticos a um preço acessível (Elbassoussy, 2019). Esta última conceptualização é particularmente relevante,

na medida que, em linhas semelhantes, a União Europeia, através da sua Estratégia de Segurança Energética Europeia (2014) reconhece a importância fulcral de um abastecimento energético caracterizado por estabilidade e abundância de recursos, enquanto parte fundamental da prosperidade, mas também da segurança da União (Russel, 2020), que estão, inevitavelmente interligadas.

Tendo em consideração as conceptualizações contemporâneas de segurança energética, não se torna complexo inferir que a mesma deixou de ter como foco exclusivo o abastecimento estável do petróleo a preços acessíveis, passando a englobar uma panóplia de questões mais diversas e atuais, como é o caso da preocupação ambiental e do acesso equitativo à energia (Cherp & Jewell, 2014).

De um modo geral, é possível verificar que a complexidade da literatura direcionada à conceptualização de segurança energética e a inexistência de um consenso comum quanto à sua definição confirmam a natureza extremamente controversa do conceito (Elbassoussy, 2019). Esta complexidade é justificada, em parte, pelo facto de ser uma definição que interliga e sobrepõe áreas e questões bastante diversificadas, mas também porque é caracterizada por diferentes aspetos técnicos, económicos, políticos, ambientais e até mesmo legais (Azzuni & Breyer, 2018). Posto isto, torna-se imperativo perceber que a segurança energética pode ter significados distintos, consoante as situações e os indivíduos que a analisam. Todavia, tal não impossibilita, nem deve excluir a necessidade de se adotar uma definição comum, suscetível a ser interpretada sob diferentes condições e expressões e dotada de uma capacidade para apoiar uma análise racional de políticas, permitir comparações internacionais e, acima de tudo, uma aprendizagem (idem, 2018).

Tendo todos os aspetos supramencionados em consideração, o conceito de segurança energética desenvolvido pela AIE destaca-se como pertinente e adequado para efeitos do presente estudo, por dois grandes motivos. Em primeiro lugar, constituiu-se como a definição adotada pela UE na elaboração da sua Estratégia de Segurança Energética Europeia de 2014. Sendo a segurança energética da UE um dos principais pontos em análise neste trabalho, torna-se fulcral considerar a definição europeia do

conceito. Ademais, a AIE destaca-se enquanto agência tradicionalmente focada na segurança energética que, em simultâneo, aposta numa visão mais compreensiva e integrada deste conceito (Cherp & Jewell, 2011).

## 2.2. A realidade energética europeia

Para proceder a uma análise concisa da realidade energética europeia torna-se imperativo compreender, *a priori*, que o total de energia disponível na UE resulta, ainda que em parte reduzida, da existência de produção doméstica de energia e, mais substancialmente, da energia importada de países terceiros. Em 2019, apenas 39% da energia consumida na UE foi produzida internamente, o que significa que os restantes 61% foram colmatados por importações (European Commission, 2021a). Estes resultados permitem classificar a UE como importadora líquida de recursos energéticos, colocando-a numa posição extremamente vulnerável face a disrupções do abastecimento energético (Russel, 2020). Os dados apresentados pela Comissão Europeia (2021a) para o ano de 2019 evidenciam que, apesar da existência de um *mix* energético diversificado na UE, os recursos energéticos disponíveis eram primordialmente os seguintes: *i*) produtos petrolíferos, incluindo o petróleo bruto (36%); *ii*) gás natural (36%); *iii*) a energia nuclear e os combustíveis fósseis sólidos (ambos 13%). Não obstante, a utilização de recursos energéticos varia significativamente consoante o país considerado, com alguns EM a terem acesso mais significativo a energias renováveis, enquanto outros têm maior acessibilidade a recursos fósseis, tal como se pode observar na Figura 1.

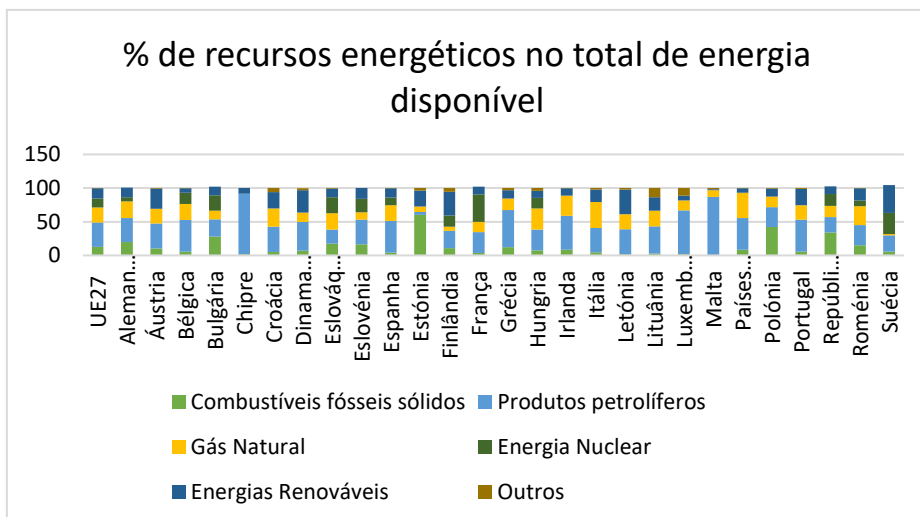


FIGURA 1: Peso dos recursos energéticos no total de energia disponível (%)

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da Comissão Europeia (2021a)

Tendo em consideração os dados supramencionados, não se torna complexo inferir que, mesmo com o crescente incentivo ao consumo de energias renováveis, no âmbito dos objetivos de neutralidade climática até 2050, a UE continua a possuir maior acessibilidade aos combustíveis fósseis. Todavia, através da análise da Figura 2, é visível que a UE tem apostado mais significativamente na produção doméstica de energia com maior teor de sustentabilidade, em particular, nas energias renováveis (37%), seguindo-se a energia nuclear (32%) (European Commission, 2021a).

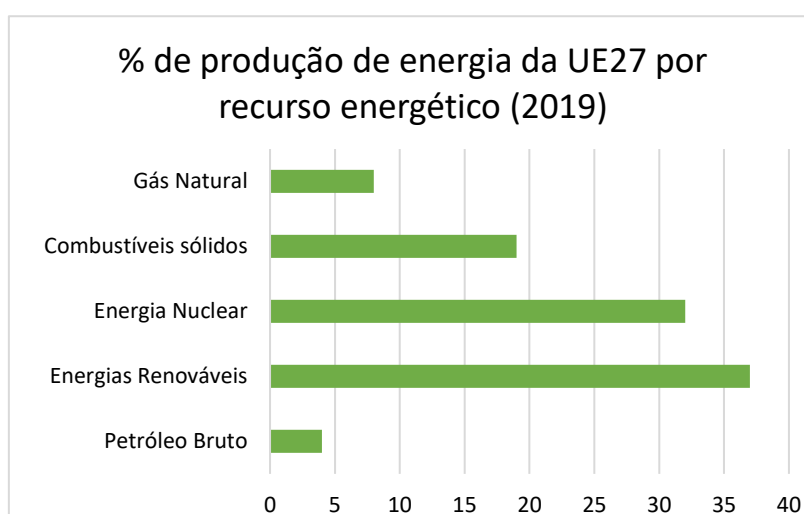


FIGURA 2: Peso da produção da energia na UE27, por recurso energético

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da Comissão Europeia (2021a)

Não deixa de ser curioso que o *mix* energético disponível (aquele que resulta da soma das importações com a energia produzida internamente) seja composto maioritariamente por combustíveis fósseis, mas o *mix* de energia produzida internamente seja mais direcionado para energias menos poluentes. Estes dados contribuem para compreender a elevada taxa de dependência energética da UE27, considerando que, para compensar a reduzida produção de energia doméstica, a União recorre a importações, sobretudo de recursos fósseis mais poluentes, mas necessários, e que são produzidos internamente em quantidades pouco significativas.

Apesar da segurança energética ser uma preocupação de todos os Estados-Membros da UE, a taxa de dependência energética dos países europeus é bastante heterogénea, na medida que varia consoante o Estado considerado (European Commission, 2014), tal como evidenciado na Figura 3.

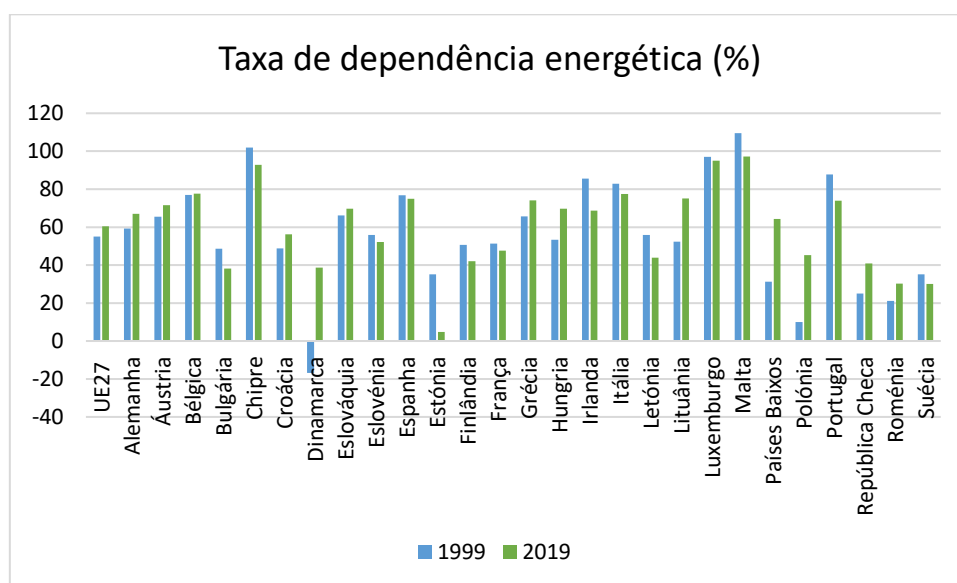


FIGURA 3: Taxa de dependência energética (%) na União Europeia

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da Comissão Europeia (2021a; 2022a)



Se, por um lado, existem países como Malta, Luxemburgo e Chipre, que revelam níveis de dependência de importações energéticas superiores a 90%, por outro lado existem países que se localizam num patamar intermédio, como a Alemanha (67%) e ainda Estados que evidenciam valores bastante reduzidos, como por exemplo, a Estónia (5%) (European Commission, 2021a). Ademais, é possível observar que cerca de 17 dos 27 Estados-Membros da UE têm uma dependência energética superior a 50%, o que significa que 63% dos países integrantes da UE importam significativamente mais do que produzem, estando particularmente expostos a riscos associados a disrupções do abastecimento energético.

Uma das questões mais proeminentes, em torno da segurança do fornecimento energético europeu, está associada ao facto da UE ter um número extremamente reduzido de parceiros energéticos (European Commission, 2014). A par de tal problemática, soma-se a dependência energética da UE num parceiro estratégico principal- a Rússia-, responsável por exportar mais recursos energéticos para a Europa do que qualquer outro país (Russel, 2020). Em 2019, a produção russa representou 27% e 41% das importações de petróleo bruto e gás natural da UE, respetivamente (European Commission, 2021a). Novamente, os padrões de dependência variam consoante os países e o recurso energético em questão, mas estima-se que, por exemplo, cerca de 1/3 do total de importações da Hungria, Itália, Áustria e Eslováquia, em 2019, eram compostas por gás natural (idem, 2021a).

Apesar da importação de gás natural não ter um peso tão significativo no total de importações de recursos energéticos da Alemanha, este Estado-Membro destacou-se enquanto maior importador de gás natural da UE, em 2019, (idem, 2021a), justificando a sua posição como maior consumidor de gás natural da União (BGR, 2019) e oitavo maior no mundo (*US Energy Information Administration*, 2020).

Por fim, é importante referir que, embora os dados acerca da origem das importações de gás natural alemão não sejam públicos desde 2016, devido a regulamentos de privacidade, o ministro da economia alemão destaca a Rússia, a Noruega e os Países Baixos como os principais fornecedores de gás natural à Alemanha

(Wettengel, 2022). Esta ideia é corroborada pelos dados apresentados pela Gazprom- a maior empresa russa de gás natural do mundo-, que posiciona a Alemanha como a maior compradora estrangeira de gás russo (Gazprom, 2018).

Tecidas tais considerações, não se torna complexo inferir que a UE27 está altamente dependente de energia providenciada por países terceiros, com destaque primordial para a Rússia. Neste sentido, a realidade energética europeia contemporânea torna a UE extremamente vulnerável às disrupções do abastecimento energético, sobretudo no caso do gás natural, que pode ter tendência a ser utilizado como arma energética devido ao seu enormíssimo valor enquanto ativo estratégico.

### 3. A RELAÇÃO ENERGÉTICA UE-RÚSSIA

A comercialização de energia tem sido, ao longo das últimas cinco décadas, uma componente condutora essencial das relações económicas entre a UE e a Rússia (Siddi, 2018). Se, por um lado, como se verificou no capítulo anterior, a UE é significativamente dependente da energia russa, particularmente no que concerne ao gás natural, para satisfazer as suas necessidades, por outro lado, não é menos verdade que a Rússia depende das receitas obtidas pelo comércio de energia com os mercados europeus, sobretudo no âmbito da exportação de petróleo e gás, que constituem uma parte fundamental do orçamento de Estado russo.

Tendo em consideração a importância de ambas as partes envolvidas nesta relação, não se torna complexo inferir que a mesma tem sido amplamente debatida a nível académico, sendo classificada, na generalidade dos casos, como uma interdependência, em conformidade com o conceito desenvolvido por Keohane e Nye (1989), enquanto dependência mútua entre os Estados envolvidos na relação.

Não obstante este aspeto comum, o grau de interdependência não é consensual. Siddi (2017;2020) caracteriza a relação energética UE-Rússia como uma interdependência relativamente simétrica, existindo perdas semelhantes para ambas as partes decorrentes da cessação do comércio de energia. Numa outra perspetiva, Krickovic (2015) reconhece a existência de simetrias nesta relação, referindo, contudo, o crescente receio de cada uma das partes em torno da possibilidade de evolução para uma situação assimétrica prejudicial, num futuro próximo, conduzindo à adoção de políticas que incentivem à atenuação das suas vulnerabilidades e à securitização dos discursos energéticos. Por fim, outros autores perspetivam a existência de uma interdependência assimétrica, na atualidade, que favorece a UE, devido ao poder económico europeu relativamente superior ao russo (Casier, 2011) ou a favor da Rússia, devido à sua vasta gama de recursos energéticos, em particular o gás natural, com facilidade para ser utilizado como arma energética para obtenção de resultados políticos (Austvik, 2016).

Para efeitos do presente estudo, considera-se a perspetiva adotada por Austvik (2016) como a mais adequada, na medida que, a curto prazo, a Rússia parece deter maior poder de negociação devido ao seu monopólio de produção de gás natural, mas também por possuir menos custos do que a UE, caso opte por provocar uma disrupção do fornecimento do gás natural à Europa, cessando a dinâmica energética. Apesar das atividades ligadas a todo o processo de extração, produção e exportação terem um peso determinante para a economia russa (Camacho & Rodrigues, 2017), a importância económica do gás é mais reduzida<sup>3</sup>, garantindo alguma margem de manobra para que a Rússia interrompa o seu fornecimento, temporariamente, de modo a alcançar determinados objetivos económicos e/ou políticos. Contudo, a médio prazo, esta relação pode tornar-se assimétrica em benefício da UE, caso a mesma aposte na significativa redução da importação do gás natural russo, optando por seguir rotas de abastecimento alternativas e na inclusão de outros recursos no seu *mix* energético.

De modo a alcançar uma compreensão clara da relação energética entre a UE e a Rússia, bem como das possíveis consequências resultantes desta interdependência, torna-se, antes de mais, imperativo proceder a uma análise histórica de tais dinâmicas.

### 3.1. Visão/Abordagem histórica

A interdependência contemporânea que pauta a relação energética UE-Rússia constitui-se como resultado de um longo processo histórico com origens que remontam ao período da Guerra Fria.

O início desta relação surgiu com o fornecimento doméstico de gás natural aos países da Europa Central e de Leste integrantes da União Soviética, no âmbito do COMECON. A descoberta de grandes campos de gás na Sibéria, o reconhecimento da existência das intituladas “*complementary reverse salients*”<sup>4</sup> (Högselius, 2013) e o

---

<sup>3</sup> De acordo com os dados do Banco Mundial (2022a;2022b), em 2019, a proporção de rendimentos provenientes do petróleo corresponde a 8,66% do PIB russo, enquanto o gás natural representa menos de metade- apenas 2,29%.

<sup>4</sup> Högselius (2013) utiliza este termo para caracterizar diferentes problemas existentes no Leste e no Ocidente, cuja solução residia numa complementaridade entre ambas as partes. Enquanto a URSS detinha uma capacidade exímia de produção de gás natural em larga escala, mas reduzida aptidão para a construção de gasodutos de aço com a qualidade exigida, a Europa era capaz de produzir enormes tubos

período de *détente*, caracterizado por uma atenuação de tensões entre o Bloco de Leste e o Bloco Ocidental, no final dos anos sessenta constituíram a tríade responsável por trilhar o caminho para o início das negociações de contratos de fornecimento de gás natural a longo prazo entre a URSS e a Europa Ocidental.

É importante denotar desde já que o interesse europeu relativamente aos hidrocarbonetos soviéticos focava-se somente na dimensão do gás e não do petróleo, na medida que, para o segundo ativo, a Europa possuía já uma panóplia de fornecedores de confiança alternativos. Por sua vez, a União Soviética também não tinha interesse em fornecer petróleo ao bloco capitalista, dada a importância estratégica que tal *commodity* tinha à época (Belyi, 2015).

Posto isto, as negociações acabaram por se desenrolar entre ambas as partes, de tal maneira que, entre 1968 e meados dos anos setenta, as exportações de gás soviético começaram a fluir em direção à Áustria, República Federal Alemã (RFA), Finlândia, Itália e França. Tal foi possível graças à construção de um vasto sistema de gasodutos, dotado de infraestruturas críticas dispendiosas transnacionais, que pavimentaram o caminho para a interdependência existente na atualidade. Durante o período da Guerra Fria, o setor energético foi o único suficientemente robusto, consolidado e capaz de desafiar a lógica de confronto, mesmo com todas as divisões ideológicas que existiam entre ambos os lados à época (Siddi, 2020).

A dissolução da URSS, em 1991, originou quinze novos Estados independentes. O sistema de gás natural que abastecia a Europa Ocidental, anteriormente sob total controlo da União Soviética, passou a contar com um conjunto de países de trânsito, geridos por empresas de gás nacionais que detinham o controlo dos gasodutos no seu território. Apesar de todas as alterações provocadas no mapa político europeu e da existência de uma nova realidade político-económica dos Estados recém-independentes, a robustez do sistema de gás construído durante a era soviética foi novamente comprovada, visto que as exportações para a Europa Ocidental aumentaram

---

de aço de alta qualidade, que permitiam a circulação dos fluxos gás natural, mas não tinha acesso a tal combustível fóssil a nível doméstico.

exponencialmente, originando, assim, uma dependência crescente da mesma em relação à Rússia (Högselius, 2013).

Apesar de algumas tensões em torno do fornecimento do gás natural entre a Rússia e as antigas repúblicas soviéticas no pós-Guerra Fria, os anos noventa pautaram-se por uma certa cordialidade e cooperação no setor energético UE-Rússia, num momento em que o Kremlin reconhecia a necessidade de se reorganizar económica e politicamente.

Com a viragem do século e a subida de Vladimir Putin ao poder na Rússia, a relação energética com a UE começou a pautar-se por tensões e posições bastante divergentes. Em primeiro lugar, o Estado russo apostou na definição de uma política externa pautada pelo desejo de expansão da sua área de influência ao antigo espaço soviético, a par da adoção de uma posição mais assertiva, em parte, marcada pelo fortalecimento do controlo estatal, em particular, no setor energético. Consequentemente, o governo russo adquiriu 51% das ações da Gazprom<sup>5</sup>, passando a deter controlo geral sobre a empresa (Belyi, 2015).

Em segundo lugar, apesar de, tanto a Rússia como a UE, terem consciência da sua interdependência e do seu papel como parceiras estratégicas (Camacho & Rodrigues, 2017), as suas interpretações do conceito de segurança energética são muito distintas<sup>6</sup> (Siddi, 2020), em parte, devido à existência de objetivos divergentes. Estas questões, a par da expansão do acervo comunitário e adesão de alguns países da Europa Central e de Leste à UE e à NATO, contribuíram para enfatizar as tensões. As sucessivas crises na Ucrânia, provocadas pela cessação de venda de gás da Gazprom devido a disputas de preço, intensificaram as preocupações europeias em torno da sua segurança energética,

---

<sup>5</sup> A maior empresa de gás natural da Rússia e do mundo, criada em 1989 pelo Ministério da Indústria e do Gás, ainda durante a era de Gorbachev na URSS.

<sup>6</sup> Como foi possível verificar no capítulo II, a segurança energética é um conceito amplamente discutido. A divergência de interpretações quanto a este conceito, tanto da parte da UE como da Rússia, decorre substancialmente do facto de ocuparem funções muito distintas no comércio da energia, com a primeira a ser maioritariamente importadora e a segunda exportadora. Assim, para a UE, a segurança energética está ligada à segurança do fornecimento energético estável, sobretudo graças à diversificação do portefólio de fornecedores. No caso da Rússia, há um foco em assegurar a segurança da procura das suas exportações, cujas receitas constituem uma parte fulcral do orçamento estatal russo, sobretudo através da definição de contratos de longo prazo (Siddi, 2018).

considerando que parte significativa do gás russo alcança a Europa Ocidental via Ucrânia.

Apercebendo-se do aumento da dependência energética de alguns EM relativamente ao gás natural russo, a UE iniciou uma estratégia de promoção da segurança energética baseada na ideia de que os mercados livres despolitizam o comércio da energia (Franza & Linde, 2016). Assim, enquanto a UE apostava num enquadramento regulatório para o setor do gás natural baseado na liberalização do mercado, a Rússia seguia na direção contrária, construindo um mercado centralizado em torno da Gazprom.

Mesmo com todas as tensões e divergências, a relação energética em torno do gás natural continuou a intensificar-se entre ambas as partes, particularmente desde 2016, evidenciando a interdependência e a cooperação no campo da energia.

### *3.2 Consequências da relação energética UE-Rússia: o gás natural como arma energética para fins políticos?*

A caracterização da relação energética UE-Rússia destaca-se pela sua complexidade, devido à panóplia de interpretações decorrentes da mesma. Ademais, sendo o fornecimento ininterrupto de energia um aspeto fulcral para o desenvolvimento económico e industrial dos Estados-Membros da UE, não se torna complexo inferir que o comércio de energia entre ambas as partes não possa ser definido como uma questão puramente económica, dada a importância da segurança energética e a sua ligação à segurança nacional de cada país (Khrushcheva, 2011). Este aspeto complexifica-se ainda mais, na medida que o comércio de energia entre Bruxelas e Moscovo é significativamente pautado pelas transações de um ativo politicamente mais sensível do que o petróleo, dadas as suas condições de transporte: o gás natural. Apesar da segunda *commodity* ter a possibilidade de ser transportada por meios alternativos aos gasodutos, a verdade é que, em tais circunstâncias, o seu custo final é extremamente elevado. Sendo o transporte por gasodutos preferencial, é importante referir que os mesmos se destacam enquanto infraestruturas críticas que implicam elevados

investimentos e manutenção a longo prazo. Conseqüentemente, existe um número bastante limitado de rotas, desenvolvidas graças aos investimentos da era soviética. Neste sentido, alguns dos principais sistemas de gasodutos na atualidade provêm da Rússia, que tem assim a possibilidade de utilizar o gás natural como alavanca para objetivos políticos (Siddi, 2017), a curto prazo.

Deste modo, desde as origens da interdependência do gás natural UE-Rússia, no período soviético, que se temia que o Kremlin utilizasse o gás como arma energética em relação à Europa, para fins políticos. Assim, as exportações de gás natural russo começaram a ser interpretadas como arma energética, percebida meramente como a possibilidade de provocar a interrupção do fornecimento energético por motivos políticos. Se por um lado, arma energética, nesta acepção, nunca foi diretamente utilizada pela Rússia contra a UE, por outro lado, não se pode dizer o mesmo em relação à Ucrânia, que desde 2006, tem sofrido várias interrupções no fornecimento energético por motivos econômico-políticos. Conseqüentemente, a UE tem sido afetada no abastecimento de gás, ainda que, indiretamente, visto que uma parte considerável do gás natural que chega aos EM da UE circula via Ucrânia. Esta situação surge como resultado da existência de uma interdependência assimétrica que beneficia a Rússia, a curto prazo, na medida em que a interrupção do fornecimento de gás à Ucrânia, com reflexos indiretos no abastecimento à UE, permite a Moscovo manipular politicamente os países afetados, ainda que perca algumas receitas da exportação energética.

A par disto, a alavancagem política de Moscovo sobre Kiev tem provocado desconfiança relativamente à Rússia, no seio da UE. Conseqüentemente, a UE tem procurado apostar na diversificação das rotas de gás natural, bem como nos recursos energéticos que consome. A médio prazo, uma situação destas poderá colocar a Rússia numa posição desfavorável, considerando a inexistência de alternativas imediatas aos mercados europeus para a exportação de gás natural e a necessidade de investimentos avultados para a construção de novos sistemas de gasodutos.

Todavia, tal como Högselius (2013) refere, é fundamental a adoção de uma conceptualização mais ampla de arma energética, indo além do tradicional



entendimento da mesma apenas enquanto ameaça de interrupção do fornecimento de gás natural politicamente motivada e, conseqüentemente, na alegada capacidade russa para influenciar as políticas europeias graças à interrupção do abastecimento. Assim, é importante considerar abordagens alternativas, através das quais seja possível interpretar que as exportações de gás russo podem e têm sido utilizadas diretamente como arma energética contra a UE, evidenciando as conseqüências nefastas da dependência energética europeia relativamente ao gás proveniente da Rússia.

Em primeiro lugar, é possível identificar que a exportação de gás natural tem sido utilizada pelo Kremlin arma energética por via do encorajamento de comércio e cooperação mais significativos com alguns EM da UE, beneficiando-os em detrimento de outros, sobretudo através de diferenciais de preço. Assim, ajustes de preços da Gazprom integram a estratégia russa, na qual fatores comerciais, como a competitividade e a lucratividade, são utilizados ostensivamente para justificar oscilações no preço do gás ou na manipulação do fornecimento energético, que, não raras vezes, são verdadeiramente motivadas por questões políticas (Collins, 2017; Wigell & Vihma, 2016), visíveis em descontos políticos ou punições. Se por um lado, os preços mais baixos são tendencialmente praticados em países da UE significativamente influenciados ou dependentes da Rússia, como é o caso dos antigos estados soviéticos, por outro lado, preços mais elevados são aplicados a países que não se alinham com os interesses russos, como foi o caso da Ucrânia, aquando da assinatura de acordos de associação com a UE.

A dependência da UE relativamente ao gás russo faz com que, muitas vezes, os EM estejam sujeitos a manter-se à mercê das ambições russas. Em situações de crise, como por exemplo, durante a anexação da Crimeia, em 2014, ou no caso da invasão russa à Ucrânia, em 2022, torna-se difícil para a UE aplicar sanções significativas ao setor energético russo, em particular, dada a imperatividade da energia russa para a continuidade das atividades económicas europeias.

A preferência da Rússia em lidar individualmente com os EM da UE espelha-se nos acordos bilaterais que estabelece com cada um, algo que a par dos diferentes preços

praticados pela Gazprom suscita tensões no seio da União. Estes aspetos aliados à existência de interesses fragmentados na UE, sob a forma de políticas nacionais divergentes, acabam por enfraquecer a coesão no seu todo, limitando a capacidade de resposta europeia aos desafios energéticos (Franza & Linde, 2016).

O facto das ações da Gazprom, nem sempre distinguíveis da ação do Estado russo, estarem associadas a interesses pouco transparentes, à promoção da corrupção e distorção dos mercados, tem originado receios no seio da UE quanto à proliferação de dinâmicas de corrupção, mas também quanto à inexistência de transparência em torno da relação energética UE-Rússia, com Moscovo a almejar influenciar decisões dos governos europeus em seu próprio favor<sup>7</sup>. Deste modo, o Kremlin tem recorrido à arma energética do gás natural, no sentido de enfraquecer a coesão na UE, criar instabilidade nas instituições democráticas, dificultar a unidade das relações transatlânticas e retomar a influência sobre os Estados do antigo espaço soviético.

Ademais, a Rússia tem utilizado o gás natural como arma energética, através das elevadas receitas decorrentes da exportação do mesmo- ainda que as mesmas sejam relativamente mais reduzidas quando comparadas com os lucros do petróleo. Num período tão caracterizado por enormes endividamentos e défices orçamentais, receitas decorrentes da energia são fulcrais para o orçamento de Estado russo, não só porque fortalecem o poder económico da Rússia, mas porque consolidam a sua independência energética na arena internacional (Högselius, 2013).

Posto isto, não se torna complexo inferir que a relação energética UE-Rússia, focada no gás natural, coloca Bruxelas numa posição extremamente vulnerável, especialmente, a curto prazo, considerando a assimetria da relação. Assim, embora a Rússia, até à data, não tenha realizado diretamente disrupções ao fornecimento de gás politicamente motivadas à União Europeia, não deixa de ser relevante considerar tal possibilidade, a curto prazo, bem como a existência de outras consequências nefastas

---

<sup>7</sup> Um exemplo claro destas dinâmicas foi identificado na possível ligação, em 2005, entre a nomeação do ex-chanceler alemão Gerhard Schröder para o conselho de administração do gasoduto *NordStream I*, algum tempo depois do seu próprio governo ter aprovado o projeto de construção de tão controversa infraestrutura (Russel, 2020).

desta relação, sobretudo se tivermos em consideração um conceito mais amplo de arma energética.

#### 4. A ALEMANHA COMO UMA PORTA DE ENTRADA PARA O GÁS NATURAL RUSSO NA UNIÃO EUROPEIA

Tal como evidenciado no capítulo 2, a dependência energética dos EM da UE é bastante heterogénea, variando consoante o país e o recurso energético em análise. No caso específico do gás natural, a Alemanha destaca-se, simultaneamente, como a maior importadora no seio da UE e como maior compradora estrangeira de gás à Gazprom.

Tendo em consideração estes aspetos, bem como as preocupações europeias em torno da segurança do aprovisionamento energético e a apreensão relativamente à postura cada vez mais assertiva da Rússia, que recorre ao gás natural para tentar projetar o seu poder na UE (Bros et al., 2017), não se torna complexo inferir a imperatividade de uma análise coerente às relações germano-russas, em torno do gás, de modo a verificar se a postura adotada pela Alemanha ao longo das últimas décadas tem estado alinhada com a posição e objetivos da UE ou com os interesses nacionais alemães.

##### *4.1 As relações germano-russas em torno do gás natural*

À semelhança do que sucede com a relação energética UE-Rússia, também as dinâmicas contemporâneas germano-russas focadas no gás natural surgem como resultado de um longo e complexo processo histórico, com origem no período de *détente* da Guerra Fria.

Perante o declínio de tensões entre a URSS e o Bloco Ocidental, no final dos anos sessenta, o chanceler da República Federal Alemã (RFA), Willy Brandt, desenvolveu uma política de reaproximação ao Leste da Europa- a *Ostpolitik*- com o objetivo de melhorar as relações bilaterais, a par do desejo de promover alterações domésticas no seio da União Soviética (Bros et al., 2017; Siddi, 2016a). Esta abordagem implicava cooperação em vários domínios, no sentido de criar uma interdependência económica mútua entre a RFA e a URSS, com benefícios primordiais para ambas as partes. Assim, a cooperação no campo da energia constituiu-se como parte fulcral desta política, pautada por um acordo de comércio de gás natural, via gasodutos- o *Erdgas-Röhren-Geschäft* (Bros et al., 2017). Tal como evidenciado no capítulo anterior, este enquadramento institucional

garantia à União Soviética receitas provenientes da exportação de gás natural, bem como tecnologia ocidental, ambas fundamentais para o orçamento soviético e para o desenvolvimento do respetivo setor de hidrocarbonetos, e, por outro lado, permitia à RFA, enquanto parte da Europa Ocidental, beneficiar de preços de gás natural reduzidos, a par da existência de novos mercados para a exportação de aço alemão de qualidade significativa (Westphal, 2020). Durante a Guerra Fria, o comércio de gás natural entre ambas as partes funcionava de modo adequado e estável, graças à existência destes interesses complementares refletidos em contratos de longo prazo *take-or-pay*, que originaram a dinâmica de interdependência.

Nos anos noventa, o mapa político europeu foi reconfigurado graças à dissolução da URSS, com reflexos ao nível da criação de Estados independentes que se constituíam, assim, como novos países de trânsito. Consequentemente, a antiga infraestrutura comum do gás natural, gerida pela União Soviética, bem como os arranjos contratuais tradicionais tornaram-se fragmentados. Não obstante estas alterações significativas, as dinâmicas comerciais em torno do gás natural entre a Alemanha e a Rússia mantiveram-se estáveis, considerando a continuidade de interesses económicos comuns (idem, 2020).

Assim, as relações bilaterais entre a Rússia e a Alemanha continuaram a pautar-se pelo paradigma da interdependência, sobretudo no setor do gás, refletindo-se num modelo de negócios de alianças próximas e monopólios bilaterais ao longo da cadeia de valor transnacional (Westphal, 2014). Por um lado, estas dinâmicas permitiam à Rússia beneficiar de uma procura crescente de gás natural da parte da Alemanha, mas também privilegiar do acesso às atividades de transporte e comércio do gás no mercado alemão, penetrando diretamente no mercado europeu. Por sua vez, a Alemanha<sup>8</sup> beneficiava do fornecimento do gás russo, a preços acessíveis, enquanto as empresas alemãs

---

<sup>8</sup> É fundamental referir que a estrutura do mercado alemão, durante o período que antecedeu à liberalização do mercado da UE, era particularmente especial, considerando que não era dotado de monopólios estatais ou empresas significativamente lideradas pelo Estado. O mercado alemão era formado por uma estrutura a três níveis: *i)* o primeiro era composto por seis grandes empresas produtoras e cinco importadoras, responsáveis pela venda de gás ao segundo nível; *ii)* dez empresas regionais de transmissão que transportam gás ao nível seguinte; *iii)* setecentas empresas de distribuição municipal e regional de gás que faziam com que o hidrocarboneto chegasse aos consumidores (Bros et al., 2017).

privilegiavam no acesso à exploração e produção de gás na Rússia. Ademais, o apoio de Gorbachev e de Ieltsin à reunificação alemã contribuíram para a estabilidade desta relação comercial, mas também para um reforço da confiança mútua entre os dois países. Como reconhecimento da importância deste apoio fundamental, o chanceler Helmut Kohl enfatizava a imperatividade de evitar, não só na Alemanha como em toda a Europa, qualquer comportamento que incitasse ou reforçasse sentimentos de humilhação contra o Estado russo (Chivvis & Rid, 2009; Lough, 2021).

Em 1998, Gerhard Schröder assumiu funções como chanceler alemão, pouco tempo antes da subida de Vladimir Putin ao poder na Rússia. No desenvolvimento das suas políticas, o chanceler procurou dar continuidade à ideia de Kohl em incluir progressivamente a Rússia na arquitetura europeia. Deste modo, percecionava que a segurança na Europa só seria possível através da cooperação com o Estado russo em vários setores da economia, em particular, no campo da energia (Bros et al., 2017). Neste sentido, o chanceler Schröder procurou implementar uma nova *Ostpolitik*, focada na ideia de mudança pela interdependência, numa clara tentativa de aprofundar a interdependência económica com a Rússia, nomeadamente, no setor do gás natural. Para tal que tal fosse possível, não só adotou posições políticas semelhantes ao Kremlin em questões internacionais<sup>9</sup> (Forsberg, 2016), como procurou beneficiar das suas ligações pessoais a Putin para o desenvolvimento de um projeto que permitiria conjugar o aumento da procura de gás na Alemanha com os interesses das empresas alemãs em expandirem a sua importância e funções no processo de importação de gás russo para a Europa: o gasoduto *Nord Stream I* (Dyson, 2016).

Este projeto destaca-se pela sua capacidade de exportar diretamente gás natural da Rússia para a Alemanha, via mar Báltico, sem que tenha de existir passagem por países de trânsito, como a Ucrânia. Não deixa de ser curioso que a declaração conjunta assinada pelos chefes de Estado do governo alemão e russo quanto ao desenvolvimento do *Nord Stream I* tenha ocorrido ainda durante o governo de Schröder que, após cessar

---

<sup>9</sup> Um dos grandes exemplos deste alinhamento com a Rússia em questões de política internacional foi a decisão do chanceler Schröder em participar na guerra do Iraque, mantendo-se ao lado da Rússia nesta tomada de posição (Siddi, 2016).

funções enquanto chanceler, acabou por ser nomeado para o conselho de administração do projeto, evidenciando uma certa ambiguidade e falta de transparência. Neste sentido, o gasoduto foi amplamente criticado por vários EM da UE, que viam no mesmo uma possibilidade de Moscovo aumentar a sua habilidade para controlar o mercado energético europeu, a par da possibilidade de ser utilizado para provocar disrupções no fornecimento de gás natural, almejando alavancagem política. Todavia, a classe política alemã referia-se ao *Nord Stream I* como uma parte fundamental do aprofundamento da interdependência económica característica da *Ostpolitik*, conduzindo a Rússia a comprometer-se cada vez mais com os seus parceiros europeus, nomeadamente, no que concerne à transição democrática e à adoção dos valores europeus (Leitão, 2010). Se por um lado, é verdade que existia uma relativa expectativa na Alemanha em relação aos efeitos *spillover* da reaproximação, nomeadamente, na possibilidade de progressiva adoção russa dos valores democráticos ocidentais, por outro lado, também não é menos verdade que o chanceler Schröder não pretendia influenciar novos desenvolvimentos internos na Rússia, mostrando verdadeiro interesse pelo potencial do mercado russo e nas dinâmicas económicas e comerciais bilaterais associadas sobretudo ao setor do gás, com o compromisso em torno do *Nord Stream I* a evidenciar isso mesmo (Lough, 2021).

Ainda antes da viragem do milénio, a UE começou a realizar esforços no sentido de apostar na liberalização do mercado da energia, em particular do gás natural, através do lançamento do Primeiro Pacote da Energia, em 1998, seguindo-se um segundo, em 2004 (Ciucci, 2021). Tendo em consideração a relação especial e as dinâmicas contratuais desenvolvidas em torno do gás entre a Rússia e a Alemanha, não se torna complexo inferir que em Berlim existia uma certa relutância em avançar com esta liberalização de mercado.

No final de 2005, Angela Merkel foi eleita chanceler e, apesar da sua relação com Moscovo ser mais distante do que a do seu antecessor, o primeiro mandato da líder alemã pautou-se por uma continuidade nas relações com a Rússia, algo particularmente

incentivado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Frank-Walter Steinmeier<sup>10</sup>. Deste modo, continuou a apostar-se na dinâmica de mudança pela interdependência (Dyson, 2016), não existindo mudanças significativas na relação entre a Alemanha e a Rússia. Contudo, contrariamente ao ex-chanceler Schröder, Merkel evidenciava interesse em influenciar desenvolvimentos internos em Moscovo, recorrendo à influência económica da Alemanha na Rússia para encorajar uma transição democrática, orientada para as normas e valores europeus (Forsberg, 2016; Lough, 2021).

Com a interrupção russa do fornecimento de gás natural à Ucrânia em 2006, e mais tarde, em 2009, as preocupações europeias em torno da dependência energética intensificaram-se, na medida que a União Europeia começou a questionar, simultaneamente, a credibilidade e a capacidade da Gazprom para fornecer os seus consumidores domésticos e internacionais. Ainda assim, a preocupação de Berlim parecia estar mais relacionada com a possibilidade de o fornecimento de gás natural ser afetado por ineficiência e inexistência de investimento significativo no setor energético e não propriamente por motivações políticas (Chivvis & Rid, 2009). Deste modo, as preocupações alemãs quanto à possibilidade da utilização russa da diplomacia energética e do gás natural para alavancagem política, sobretudo nos países do antigo espaço soviético, pareceram mínimas, mantendo-se todas as dinâmicas comerciais e económicas entre as partes<sup>11</sup> (Lough, 2021). Posto isto, a Alemanha optou por ignorar, em certa medida, os receios de diversos EM da UE, sobretudo países da antiga URSS, optando por seguir os seus interesses comerciais no setor do gás natural, mantendo uma relação próxima à Rússia.

A estabilidade e dinâmica de “*business as usual*” (Adomeit, 2015) foram confirmadas com a invasão russa à Geórgia, visto que a Alemanha optou por não tecer

---

<sup>10</sup> Este incentivo de Steinmeier à imperatividade de Merkel seguir uma política de reaproximação pela interdependência é simples de compreender se for tido em consideração que o ministro dos Negócios Estrangeiros foi antigo chefe de gabinete do chanceler Schröder, enorme defensor desta abordagem, desenvolvida no seio do *SPD*- o partido social-democrata alemão-, do qual o formulador original da *Ostpolitik*- Willy Brandt- também era membro (Chivvis & Rid, 2009).

<sup>11</sup> A Alemanha tem tendência a interpretar as relações em torno do gás com a Rússia de um prisma meramente económico e comercial, na medida que este hidrocarboneto é fulcral para o desenvolvimento da sua indústria. Esta postura permite minimizar o papel que a importação do gás russo na Alemanha pode ter em termos geopolíticos (Lough, 2021).



duras críticas nem aplicar sanções, devido à sua esperança num aprofundamento da transição democrática no Kremlin, com a eleição do presidente russo Medvedev.

Ciente dos receios europeus em torno da crescente dependência de gás natural russo, sobretudo depois do alargamento da UE a Leste, em 2004, a Comissão Europeia optou por elaborar o Terceiro Pacote de Energia e respetivas Diretivas, implementado em 2009, através do qual, entre outros aspetos, apostou na contínua liberalização do mercado europeu da energia, via *unbundling*, que descreve como:

*“(...) The separation of energy supply and generation from the operation of transmission networks.”*

In European Commission, 2019

Esta grande alteração impôs-se como um enorme desafio para a Alemanha, que se pautava por uma integração vertical das empresas, com predominância de natureza oligopolista no que concerne à produção, transmissão e distribuição de gás nos mercados regionais (Westphal, 2020). Consequentemente, a relação energética entre a Alemanha e a Rússia foi nitidamente afetada, implicando não só uma redefinição dos papéis de ambas, como dos respetivos interesses, que deixaram de se pautar pela complementaridade (Bros et al., 2017). A rutura mais evidente surgiu ao nível dos contratos estabelecidos, a períodos temporais distintos, deixando de se pautar exclusivamente pelo interesse mútuo a longo prazo. Se por um lado, a Rússia, através da Gazprom, continuava a ter interesse em privilegiar de contratos *take-or-pay* estabelecidos na dinâmica de longo prazo, por outro lado, a Alemanha teve de se adaptar à nova realidade da UE, que se destacou como novo fator interveniente na relação germano-russa, ao exigir o estabelecimento de contratos a curto prazo, com o objetivo de permitir às empresas uma adaptação dos seus portefólios às constantes alterações de mercado (Westphal, 2020). A par disso, a UE incentivava EM, como a Alemanha, a colocarem um término nas crescentes dinâmicas de dependência de gás natural russo a médio e longo prazo. Tendo em consideração as dinâmicas estabelecidas entre Berlim e Moscovo, em torno do gás natural, a Alemanha demonstrou-se muito reticente a proceder a tais modificações de mercado.

Apesar de todas as críticas tecidas por diferentes EM da UE à relação energética germano-russa<sup>12</sup>, a par das crescentes evidências quanto à inexistência de reformas democráticas em Moscovo, somente em 2014, durante o início da crise na Ucrânia, é que Berlim alterou mais incisivamente a sua posição relativamente ao Kremlin (Adomeit, 2015), tendo evidências indiscutíveis quanto às divergências entre a Rússia que almejava influenciar por via da interdependência económica, e a Rússia que efetivamente existia: um país sem interesse pela instauração do Estado de Direito, limitador das liberdades dos seus cidadãos e que dava aso à proliferação da corrupção.

Com o escalar do conflito, Merkel apercebeu-se da necessidade de conduzir os esforços diplomáticos ao seu alcance, de modo a atenuar a situação, adotando o papel de mediadora. Ademais, procurou também evidenciar o total alinhamento da política alemã com os interesses da Europa, enquadrando-a ao nível da UE, ao destacar a imperatividade da União agir a uma só voz (Lough, 2021). Neste sentido, começou a verificar-se um alinhamento dos interesses nacionais alemães com os interesses da União Europeia, evidenciando, efetivamente, uma mudança de posição relativamente às dinâmicas estabelecidas até então com a Rússia.

Todavia, Putin<sup>13</sup> não se alinhava com as soluções apresentadas pela chanceler-em representação da União Europeia-, e Berlim viu-se forçada, juntamente com a União, a adotar um conjunto de sanções a Moscovo (Forsberg, 2016; Siddi, 2016a). Ao optar por aplicar sanções à Rússia, mesmo com todas as consequências negativas que daí adviriam para a economia alemã, Merkel demonstrou apoio à Ucrânia, enfatizando a necessidade de serem apresentadas novas soluções para a política energética

---

<sup>12</sup> Estas críticas começaram a ser mais evidentes com o alargamento da União Europeia a Leste, em 2004, considerando que os novos EM tinham estado sob a esfera de influência russa, durante o período da URSS e, por motivos históricos, tinham significativamente mais receio e relações de maior tensão com a Rússia (Siddi, 2017). Ademais, também as crises do gás na Ucrânia, em 2006 e 2009, vieram exacerbar as críticas à relação germano-russa em torno do gás natural, visto que esta interdependência poderia ter repercussões para a segurança energética da UE, dada a assertividade da Rússia e a sua predisposição em utilizar o gás como arma energética, na aceção adotada no capítulo anterior.

<sup>13</sup> Denote-se que Vladimir Putin havia sido reeleito como presidente da Rússia em 2012, após Medvedev não só não lutar por uma tentativa de reeleição, como ter feito um anúncio de apoio direto à candidatura do seu antecessor. Esta dinâmica quebrou também as esperanças da Alemanha em relação a uma transição democrática na Rússia, visto que o presidente mais reformista foi substituído por um chefe de Estado que se recusava a alinhar com o Ocidente.

ucraniana, em conjunto com a União Europeia, no sentido de diminuir a dependência energética relativamente à Rússia (Forsberg, 2016). Ademais, a chanceler reconhecia a necessidade de Berlim reconsiderar a sua política energética, de modo que, a longo prazo, a Alemanha possuísse as infraestruturas necessárias e adequadas para diminuir a dependência face ao gás russo (Adomeit, 2015). Ainda assim, não deixa de ser curioso que as sanções aplicadas, em momento algum, tivessem sido dirigidas especificamente ao setor energético, evidenciando, de facto, a importância desta relação em torno do gás natural, não só para a Alemanha como para outros EM da UE, ao ponto de não quererem prejudicá-la com penalizações económicas. Deste modo, pode considerar-se que acabou por não haver um total abandono das dinâmicas subjacentes à *Ostpolitik*, não só porque em Berlim continuavam a desenvolver-se laços diplomáticos com a Rússia, na esperança de uma parceria a longo prazo (Siddi, 2016a), mas também porque o setor do gás natural não era incluído nas sanções. Posto isto, não se pode afirmar que tenha ocorrido uma total alteração da posição da Alemanha relativamente à Rússia, muito menos em torno do gás natural.

Contudo, a postura alemã durante a crise na Ucrânia foi considerada fundamental, na medida que garantiu uma forte confiança da parte dos EM da UE relativamente à Alemanha enquanto potência líder da União, considerando os seus esforços em mediar o conflito e enquadrar a sua política energética nacional no seio da UE. Não obstante esta imagem positiva, Berlim acabou por ver a sua credibilidade política enfraquecida (e até mesmo questionada), em 2015, com a decisão de aceitar a construção do gasoduto que duplicaria os volumes de gás transportados diretamente da Rússia: o *Nord Stream II* (Fix, 2021).

#### 4.2. *Nord Stream II: um passo atrás da Alemanha na condução da segurança energética da UE?*

Embora a relação entre a UE e a Rússia fosse pautada por tensões, sobretudo desde 2014, com a crise na Ucrânia, a Gazprom e uma panóplia de empresas europeias decidiram assinar um acordo, em junho de 2015, no Fórum Económico Internacional de São Petersburgo, no sentido de construir um segundo gasoduto semelhante ao *Nord Stream I*: o intitulado *Nord Stream II* (Siddi, 2016a), apresentado na Figura 4. As

parecenças entre ambos são bastante evidentes, considerando que: *i)* têm a mesma capacidade de transporte de 55bcm/ano de gás; *ii)* seguem uma rota bastante parecida, garantindo a circulação do gás natural proveniente da Península de Yamal, na Rússia até à Alemanha, via Mar Báltico; *iii)* as empresas envolvidas são as mesmas- a Gazprom, que detém 51% das ações do projeto, e um consórcio de empresas europeias, nomeadamente, a Eon, BASF, e Engie-, com exceção da Shell e a OMV que estão apenas envolvidas na recente expansão (Momotova, 2018).

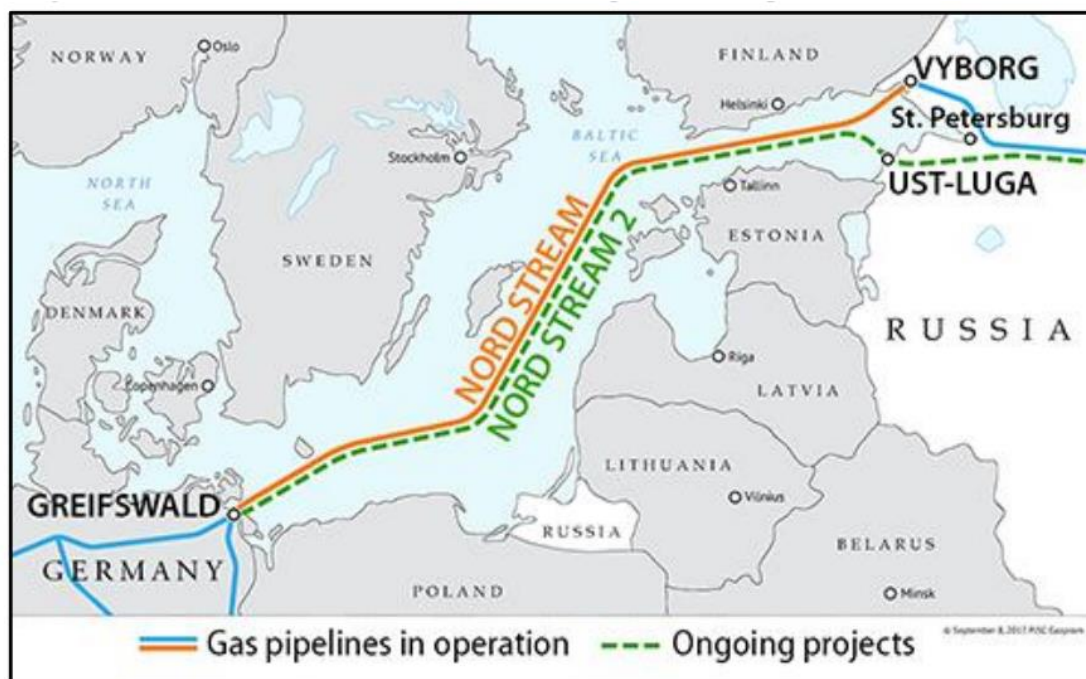


FIGURA 4: Mapa representativo das rotas dos gasodutos Nord Stream I e II.

Fonte: Belkin (2021) apud Gazprom

O projeto *Nord Stream II*, à semelhança do que aconteceu com o primeiro gasoduto, é bastante revelador do reduzido consenso em matéria energética no seio da UE (Westphal, 2020). Deste modo, as visões relativamente ao projeto são bastante diferenciadas. Por um lado, o consórcio de empresas envolvidas no investimento evidencia que o objetivo primordial do *Nord Stream II* é fortalecer a segurança do fornecimento de gás natural na Europa, num período em que a UE tem aumentado a procura por gás, mas a sua produção doméstica tem sofrido um declínio. Esta visão é partilhada pelo governo alemão, que, à semelhança de todas as dinâmicas que

estabelece em torno do gás natural, tendeu a analisar o projeto, pelo menos numa fase inicial, de um prisma primordialmente económico e comercial, na medida que interpreta o gasoduto como a garantia de uma rota de fornecimento de gás significativamente mais segura, visto que não passará por países de trânsito como a Ucrânia, tendo um impacto duplamente positivo ao encurtar a distância e, conseqüentemente, ter reflexos positivos ao nível dos preços mais baixos do gás (Russell, 2020).

Todavia, a Comissão Europeia e vários EM da UE, nomeadamente, os Estados Bálticos, a Polónia e a Roménia (Siddi, 2016a), opõem-se veemente ao projeto, visto que consideram que o mesmo contrasta negativamente com o desenvolvimento de uma União Energética e com os objetivos de diversificação energética, como parte integrante da Estratégia de Segurança Energética da UE, contribuindo para aumentar a dependência energética num fornecedor e numa rota em específico (Momotova, 2018). Deste modo, têm tendência a avaliar a construção do gasoduto como uma questão geopolítica, na medida que o projeto é gerido pela empresa estatal russa, sendo facilmente controlada pelo Kremlin para o alcance de objetivos políticos, mas também porque, ao permitir a não passagem pela Ucrânia, origina perdas substanciais para a mesma ao nível das receitas decorrentes das tarifas de trânsito e da capacidade de influenciar política e economicamente a Rússia, diminuindo a interdependência entre ambas (Umland, 2021). Os opositores ao projeto receiam que o mesmo permita ao Kremlin utilizar cada vez mais o gás natural como uma arma assertiva no aumento da sua influência política sobre a Alemanha, em particular, mas também sobre outros EM, intensificando as vulnerabilidades existentes e a divisão no seio da UE.

Se por um lado, tal como supramencionado, a crise na Ucrânia, em 2014, conduziu a uma alteração de posição da Alemanha relativamente à Rússia, graças à adoção de uma política de sanções realista, por outro lado, parece bastante evidente que o gás natural se constitui como o elo de ligação intocável entre ambos os países, considerando que as sanções não abrangeram o setor da energia e que, pelo menos numa fase inicial, o *Nord Stream II* foi efusivamente apoiado pela Alemanha. Este segundo aspeto prejudicou fortemente o esforço de Berlim quanto à solidariedade e apoio à diversificação energética da Ucrânia e de toda a UE, retirando-lhe alguma

legitimidade. Mais uma vez, a Alemanha parecia dar prioridade aos seus interesses económicos e comerciais nacionais, escolhendo ignorar as desconfianças dos EM da Europa Central e de Leste quanto ao projeto de gasoduto. Somente em 2018, com o aumento das tensões em torno do *Nord Stream II*, no seio da UE, é que a chanceler Merkel reconheceu, pela primeira vez, que o projeto não deveria ser analisado exclusivamente de um prisma comercial (idem, 2018), sendo imperativo assegurar que algumas rotas de gás natural para a Europa Ocidental continuassem a circular via Ucrânia.

A posição alemã relativamente ao *Nord Stream II* reflete, em parte, a tradicional tendência de Berlim na sua política relativamente a Moscovo: interpretar a Rússia como uma parceira de longo prazo importante, com matérias-primas em abundância e com um mercado atrativo de grande dimensão, capaz de potenciar o comércio entre ambas como elo de ligação para a interdependência, com resultados positivos no âmbito de uma nova *Ostpolitik* inclinada para a lógica de mudança pela interdependência (Lough, 2021). Esta abordagem acabou por ter como resultado, tal como supramencionado, uma Alemanha que, por várias vezes, se demonstrou reticente em adotar as medidas de liberalização do mercado, nomeadamente, na revisão à Diretiva do Gás, em 2019<sup>14</sup>, e na transferência de algumas competências de política energética para Bruxelas, considerando que as mesmas diminuiriam a margem de manobra de Berlim para decidir alguns aspetos da sua política energética (Goldthau & Sitter, 2020; Westphal, 2020).

O atual chanceler alemão, Olaf Scholz, viu-se forçado a suspender a certificação do *Nord Stream II*, ainda antes da invasão da Rússia à Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, no âmbito do reconhecimento da independência das zonas separatistas da região de Donbass por Putin (Guimarães, 2022). Deste modo, o rumo futuro deste gasoduto mantém-se como significativamente incerto. Face a esta situação e com o escalar de tensões no conflito Ucrânia-Rússia, a Gazprom tem ameaçado cortar os fluxos de gás para a Alemanha, por via do *Nord Stream I* (Reed, 2022), deixando Berlim sob pressão

---

<sup>14</sup> Esta revisão à Diretiva do Gás (2019) expande o Terceiro Pacote da Energia de 2009 à importação de gás de gasodutos provenientes de países terceiros, incluindo os princípios de acesso de partes terceiras, o *unbundling* da produção ao fornecimento e tarifas regulamentadas e transparentes.

significativa dado o seu nível de dependência. Ainda assim, os EM da UE parecem estar a reunir esforços no sentido de reduzir a procura de gás em torno dos 15% até ao próximo inverno, de modo a poupar energia face a uma possível disrupção do fornecimento de gás russo (Council of the European Union, 2022).

Em termos gerais, não se torna complexo inferir que a Alemanha tem, ao longo das últimas décadas, privilegiado da sua relação histórica e comercial com a Rússia, procurando aprofundar uma interdependência económica, sobretudo no setor do gás natural. Ainda assim, o foco excessivo na política de mudança pela interdependência como paralelismo à *Ostpolitik* conduziu, não raras vezes, a Alemanha a negligenciar a segurança do fornecimento energético, não só a nível nacional como europeu (Dyson, 2016). Apesar dos esforços alemães durante a crise da Ucrânia, a posição favorável ao *Nord Stream II* evidenciou uma inadequada liderança alemã na construção de um mercado de energia comum, bem como a sua falha em apoiar os esforços da Comissão para respeitar a Estratégia de Segurança Energética, nomeadamente no que concerne à diversificação das rotas e do fornecimento de energia. Assim, por muito que a UE, desde o início dos anos 2000, tenha sido um fator interveniente na relação germano-russa em torno do gás natural, a Alemanha continuou a insistir numa política sem resultados concretos, focada na mudança pela interdependência, com o objetivo de dar continuidade à sua relação privilegiada com a Gazprom, beneficiando de preços mais reduzidos do gás do que outros países da Europa (idem, 2016). Posto isto, a Alemanha procurou, ao longo das últimas décadas, seguir os seus interesses nacionais, ainda que, em vários momentos, tenha sido particularmente condicionada nas suas ações devido ao facto de integrar a União Europeia e estar sujeita ao seu enquadramento, nomeadamente, em alguns aspetos de matéria energética.

## 5. O CAMINHO A PERCORRER: A REDUÇÃO DA DEPENDÊNCIA E O REFORÇO DA SEGURANÇA ENERGÉTICAS DE PAR COM A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Tal como evidenciado nos capítulos 2 e 3, a UE é significativamente dependente de energia fornecida por países terceiros, com destaque para a Rússia. Consequentemente, a UE encontra-se particularmente vulnerável a disrupções do abastecimento energético. De modo a tentar contrariar estas tendências, a UE tem evidenciado um desejo crescente de dar respostas a tais desafios, sobretudo desde 2014, com o lançamento da sua Estratégia de Segurança Energética e, posteriormente, com o Pacote para a criação da União da Energia, em 2015. Apesar dos esforços no sentido de diminuir a dependência de recursos energéticos providenciados por países terceiros e de ambicionar melhorias ao nível da segurança energética, a UE continua muito aquém dos resultados desejados. A invasão russa à Ucrânia, em 2022, expôs novamente as vulnerabilidades a que a Europa está exposta, bem como os perigos da dependência primordial num único fornecedor energético. Face a esta situação, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, pronunciou-se quanto à imperatividade de agir eficazmente em prol das melhorias na segurança energética:

*“We must become independent from Russian oil, coal and gas. We simply cannot rely on a supplier who explicitly threatens us. We need to act now to mitigate the impact of rising energy prices, diversify our gas supply for next winter and accelerate the clean energy transition. The quicker we switch to renewables and hydrogen, combined with more energy efficiency, the quicker we will be truly independent and master our energy system. (...)”*

European Commission, 2022b

Posto isto, assegurar o alcance da autonomia estratégica, por via da diminuição das importações, e a neutralidade climática são duas das grandes prioridades da UE para os próximos anos (Patrahau & van Geuns, 2021). Para que tal seja possível, a União tem adotado um conjunto de medidas, no sentido de garantir uma resposta adequada a todos estes desafios e, em particular, à perigosa dependência dos recursos energéticos externos. Sendo a energia caracterizada por diferentes e complexas dimensões



(económica, ambiental e geopolítica), as soluções para esta problemática terão de ser bastante diversas, implicando não só um esforço de cooperação entre os EM, como a adoção de uma abordagem holística.

### *5.1 A implementação de uma União da Energia efetiva: o foco na completação do mercado interno*

Em 2014, Donald Tusk, primeiro-ministro polaco, apresentou a ideia da criação de uma União da Energia, com o propósito de reforçar a segurança energética europeia<sup>15</sup>. No ano seguinte, a Comissão Europeia lançou o Pacote para a União da Energia, valorizando a ideia de Tusk, mas modificando significativamente a proposta ao focar-se sobretudo na ideia de um setor energético sustentável, seguro e acessível, e não tanto nas preocupações em torno da segurança do fornecimento energético (Austvik, 2016).

Posto isto, o Pacote da União da Energia foi redigido pela Comissão com o objetivo de delinear o percurso para a construção de um mercado interno da energia, caracterizado por solidariedade e cooperação entre todos os EM, com vista a reforçar simultaneamente, a segurança energética (nomeadamente, por via da diversificação das rotas e fornecedores), a eficiência energética e a descarbonizar a economia graças à aposta na investigação e desenvolvimento, em particular, no que diz respeito às energias renováveis. A ideia da União da Energia converge com dois dos grandes objetivos a longo prazo da UE: a integração do mercado da energia europeu e o reforço da segurança do fornecimento energético providenciado por países terceiros (Siddi, 2016b).

O Pacote da União da Energia foi redigido em conformidade com a aplicação do Terceiro Pacote de Energia (2009), enfatizando a importância de regras comuns como a independência dos reguladores de energia e o *unbundling* entre a produção e a distribuição dos recursos energéticos (Dyson & Konstadinides, 2016; Siddi, 2016b). Assim, a UE procurou encorajar à completação do mercado interno da energia através

---

<sup>15</sup> Tusk reconhecia que os EM da Europa Central e de Leste estavam bastante vulneráveis face a eventuais disrupções do fornecimento de gás russo, na medida que se constituíam como países cujas alternativas a tal hidrocarboneto proveniente de outro país que não Rússia eram praticamente inexistentes.

do desenvolvimento de redes de infraestrutura de energia que permitissem mais interconexões entre os vários países, a par da continuidade dos esforços no sentido da liberalização do mercado, procurando que os EM aplicassem efetivamente o Terceiro Pacote da Energia. Se por um lado, foi notório o esforço da parte de vários EM para a integração regional dos mercados, com recurso a iniciativas de sucesso como a *Nord Pool*<sup>16</sup> e o *Pentalateral Energy Forum*<sup>17</sup>, no sentido de trabalharem em conjunto com os Estados vizinhos com interesses comuns, para que, posteriormente, fosse possível uma integração adequada e coerente, ao nível da UE (Leal-Arcas & Rios, 2015), por outro lado, a insatisfação e as tensões entre vários EM dificultaram o processo de construção de um mercado interno da energia. Tal sucedeu devido à panóplia de interesses económicos e geopolíticos divergentes entre vários países da UE, mas também aos incentivos, a curto prazo, atribuídos por entidades russas, como a Gazprom, nomeadamente, a garantia de preços reduzidos do gás a vários EM, dificultando a criação efetiva de uma União da Energia.

A par disto, existem outros aspetos que complexificam a completação do mercado integrado, nomeadamente, o lento progresso dos EM no desenvolvimento de infraestruturas para a transmissão de energia- o intitulado *hardware*. Esta estagnação é justificada, em parte, pela incapacidade de os projetos de infraestruturas fulcrais captarem financiamento privado, sobretudo no âmbito do gás natural, considerando que, muitas vezes, os custos e os benefícios de tais investimentos estão em diferentes lados da fronteira, mas também porque os EM que necessitam significativamente de tais infraestruturas são caracterizados por uma procura modesta de gás, como é o caso de alguns países da Europa Central e de Leste (Boersma, 2015). Consequentemente, o sistema de energia europeu continua a ter um desempenho aquém das expectativas, considerando a continuidade da existência das ilhas energéticas, bem como a fraca concorrência e a concentração de mercado (European Commission, 2015).

---

<sup>16</sup> Corresponde ao mercado regional de energia dos países nórdicos, englobando a Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia.

<sup>17</sup> Destaca-se como um Fórum entre os países integrantes do BENELUX, a Alemanha, a França, a Áustria e a Suíça, com o intuito de incentivar à cooperação e integração dos mercados da energia da Europa Central e Ocidental.

Apesar das dificuldades para completar o mercado europeu da energia, não deixam de existir iniciativas e medidas com habilidade suficiente para contribuir para o alcance de tal objetivo, permitindo, conseqüentemente, a implementação efetiva de uma União da Energia com reflexos positivos no que concerne à melhoria da segurança do fornecimento energético e diminuição da dependência energética.

Em primeiro lugar, a Comissão deve continuar a aplicar a regulamentação para a implementação do mercado integrado da energia, recorrendo ao Artigo 102º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), a par da aplicação da lei da concorrência, de modo a regular os preços da energia (Dyson & Konstadinides, 2016). Esta legislação almeja uniformizar a aplicação de regras em acordos que procurem contribuir para a fragmentação dos mercados da energia ou para ameaçar a concorrência. Posto isto, não se torna complexo inferir que a Comissão tem um papel fulcral relativamente à política energética, dada a sua função de promoção de implementação destas regras, mas também de outras medidas estipuladas na Estratégia de Segurança Energética da UE (idem, 2014).

Ademais, iniciativas como a *Energy Community*<sup>18</sup> e a *Euro-Mediterranean Energy Partnership*<sup>19</sup> são fundamentais para despoletar a integração do mercado da energia europeu e de países não integrantes do espaço geográfico abrangido pela Europa. Para que estas iniciativas tenham sucesso nos seus objetivos, a UE deve optar por abrir os seus mercados da energia, sempre com base na reciprocidade, garantindo, assim, a criação de uma área pan-europeia capaz de despoletar melhorias ao nível dos esforços para a construção de infraestruturas-chave para a diversificação do fornecimento

---

<sup>18</sup> Conta com EM da UE, mas também países não integrantes como a Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Macedónia do Norte, Geórgia, Moldávia, Montenegro, Sérvia e Ucrânia. Funciona como plataforma regional com interesses comuns no setor da energia, garantindo um enquadramento legal vinculativo (Leal-Arcas & Rios, 2015). O objetivo primordial é expandir as regras e princípios de mercado da UE, no setor energético, para os países não integrantes da mesma (Comunidade da Energia, 2022).

<sup>19</sup> Funciona como plataforma energética que abrange os EM da UE, outros países europeus (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Mónaco, Montenegro e a Turquia) e países da região do Mediterrâneo (Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Mauritânia, Palestina e Tunísia). O objetivo fulcral é incentivar a cooperação no setor da energia, possibilitando uma diversificação do fornecimento energético à Europa e o desenvolvimento do setor das energias renováveis nos países mediterrânicos (Leal-Arcas & Rios, 2015).

energético, promoção de energias renováveis e aumento da eficiência energética (Leal-Arcas & Rios, 2015).

Entre muitos outros aspetos, a UE tem de dar continuidade a uma abordagem coordenada e coerente que incentive cada vez mais à cooperação e solidariedade entre EM, por exemplo, através de acordos que permitam acelerar uma integração regional de mercado e potenciem, posteriormente, a integração ao nível da UE.

### *5.2 O papel-chave dos projetos de infraestrutura comuns*

Se por um lado, a construção de infraestrutura energética é fulcral para a completação do mercado interno, tal como referido anteriormente, por outro lado é também fundamental no âmbito da estratégia de diversificação do fornecimento energético, ao garantir melhorias ao nível da segurança energética, a par da diminuição da dependência num único fornecedor externo- a Rússia. Assim, a Comissão Europeia tem reconhecido a imperatividade de incentivar o desenvolvimento de novas infraestruturas da energia, de modo a interligar as redes de transmissão de gás e eletricidade, por exemplo, por via de conexões transfronteiriças (Leal-Arcas & Rios, 2015). Este é um passo fundamental para garantir que todas as regiões da Europa estejam ligadas à rede de energia única, evitando o isolamento e reunindo esforços para mitigar vulnerabilidades (Ignatov, 2020), mas também para diversificar o fornecimento energético, quer por via de novas rotas, quer pelo consumo de diferentes recursos energéticos.

Posto isto, a UE começou a aperceber-se do potencial de regiões, como o Mediterrâneo e o Mar Cáspio- o intitulado *Southern Gas Corridor*-, nas quais, ao longo das últimas décadas, têm sido descobertos hidrocarbonetos em quantidades suficientemente atrativas para garantir aos EM diversificação das opções de fornecimento energético para além do gás russo e, conseqüentemente, consolidar uma melhor posição negocial nos contratos de gás natural à União, como um todo (Elbassoussy, 2019). Todavia, a UE tem-se deparado com um obstáculo significativo: a inexistência de infraestruturas críticas que permitam trazer o gás natural do país de origem ao importador, bem como a inexistência de plataformas de gás natural liquefeito

que permitam tirar partido deste recurso energético alternativo (Dyson & Konstadinides, 2016).

De modo a ultrapassar estas dificuldades e a garantir a completção de um mercado integrado da energia, que vise o alcance dos objetivos climáticos e energéticos da UE, a Comissão Europeia optou por adotar, a partir de 2015, uma lista de Projetos de Interesse Comum, englobando todos os projetos de infraestrutura-chave que *i)* tenham um impacto significativo na integração do mercado de, pelo menos, dois EM; *ii)* acelerem a competitividade; *iii)* melhorem a segurança energética; *iv)* contribuam no sentido da sustentabilidade e descarbonização (European Commission, 2021b). Através destes projetos e do seu financiamento por via do *Connecting Europe Facility* (CEF) a Comissão tem procurado providenciar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do *Southern Gas Corridor*, que atualmente providencia 10bcm por ano de gás à Europa (European Commission, 2022c). Ademais, têm sido realizados esforços no sentido de manter projetos fulcrais deste Corredor no âmbito dos Projetos de Interesse Comum, enquanto a União Europeia incentiva e apoia o desenvolvimento dos gasodutos *Trans Anatolian Natural Gas Pipeline (TANAP)* e *Trans-Adriatic-Pipeline (TAP)*, essenciais para transportar gás do Azerbaijão a Itália, passando por países de trânsito como a Geórgia, a Turquia, Grécia e Albânia (idem, 2022c).



FIGURA 5: Mapa representativo das rotas dos gasodutos TANAP e TAP.

Fonte: Ministério da Energia da República do Azerbaijão (2022).

Todavia, é importante referir que a aposta no *Southern Gas Corridor* suscita questões associadas à criação de novas dependências em países terceiros, como o Turquemenistão- um regime autoritário que não se coaduna com os valores europeus (Siddi, 2016b), algo que pode ser problemático, caso não seja gerido de modo ponderado e equilibrado.

No que concerne à região do Mediterrâneo, o gasoduto *EastMed* manteve-se na lista de Projetos de Interesse Comum da Comissão para 2021, enquanto projeto-chave integrante do *Southern Gas Corridor*, com capacidade para diversificar o fornecimento energético e eliminar o isolamento a que países como a Grécia e o Chipre estão expostos (European Commission, 2022c; 2022d). Não obstante, no início de 2022, os EUA retiraram o seu apoio a este projeto (Stamouli, 2022), destacando a possibilidade de problemas ambientais resultantes da construção do mesmo. Posto isto, as incertezas quanto ao futuro do *EastMed* são evidentes e exponenciadas pela existência destas questões climáticas que não convergem com as metas de descarbonização e sustentabilidade definidas pela UE.



FIGURA 6: Mapa representativo projeto de gasoduto EastMed

Fonte: Comissão Europeia (2022d)

A quinta lista de Projetos de Interesse Comum, publicada em 2021, está definida para cobrir um total de 98 projetos, dos quais 67 são focados na transmissão e armazenamento de eletricidade, 20 dirigidos ao setor do gás, 6 a redes de CO2 e 5 a redes inteligentes (European Commission, 2021b). Tendo em consideração esta última lista, é possível verificar o papel central atribuído à infraestrutura associada à transmissão e armazenamento de eletricidade, algo que converge com os objetivos de política climática e energética da UE, no sentido da descarbonização e sustentabilidade. Posto isto, torna-se imperativo que estes Projetos de Interesse Comum dirigidos sobretudo à infraestrutura da eletricidade sejam concretizados, dada a importância da mesma para o alcance das metas climáticas a longo prazo.

Se por um lado, estes projetos são bastante financiados pelo CEF e pelo *European Fund for Strategic Investment* (EFSI) (European Commission, 2015), por outro lado, tais orçamentos continuam a estar bastante aquém do necessário para a construção efetiva das infraestruturas necessárias (Boersma, 2015), dificultando a sua implementação. A par disto, o processo de decisão em torno dos projetos é bastante lento e a burocracia bastante significativa (Ignatov, 2020). Dado este contexto, torna-se imperativo que a UE seja capaz de decidir de modo mais eficaz, alocando otimamente os recursos disponíveis aos projetos prioritários e, em simultâneo, adaptando os critérios e os métodos de seleção dos Projetos de Interesse Comum, para que se tornem transparentes e convirjam com os objetivos europeus de mitigação das alterações climáticas e melhoria da segurança energética (Leal-Arcas & Rios, 2015).

De facto, a aposta no desenvolvimento de projetos de infraestruturas da energia é bastante importante, mas destaca-se apenas como uma parte da estratégia para melhoria da segurança energética, considerando que não existem medidas únicas para resolver os problemas associados a esta questão. Para além disso, por muito importante que seja a diversificação de recursos energéticos e de rotas, no sentido de diminuir o papel que a Rússia tem no fornecimento energético da UE, é fulcral referir que as importações, seja de que recurso energético for, têm de ser ponderadas e equilibradas, de modo a não constituírem um problema. Para além das questões que podem ser levantadas tanto pelo *Southern Gas Corridor* como pelo *EastMed*, também a

diversificação com recurso à construção de plataformas de gás natural liquefeito tem de ser decidida racionalmente, considerando não apenas os custos, mas também o impacto ambiental do transporte deste recurso energético (Siddi, 2016b). Assim, as escolhas devem ser equilibradas, de modo a não serem repetidos erros do passado que impliquem dependências exacerbadas em fornecedores únicos ou em recursos energéticos em particular.

### *5.3. As metas climáticas como parte integrante do reforço da segurança energética*

Tendo em consideração as preocupações crescentes em torno da segurança energética, aliadas à imperatividade de mitigar as consequências disruptivas das alterações climáticas, não se torna complexo inferir que a UE atribui uma importância central à sustentabilidade e às estratégias ambientais no âmbito das respetivas políticas climática e energética. Esta relevância é exacerbada pelo objetivo a longo prazo da UE em tornar-se a primeira economia descarbonizada até 2050, no âmbito do *European Green Deal*. Para que seja possível atingir as suas ambições climáticas, bem como alcançar melhorias significativas ao nível da segurança energética existem três aspetos-chave fundamentais, integrados na Estratégia de Segurança Energética da UE: a aposta no desenvolvimento de energias renováveis, a redução das emissões de gases de efeito de estufa e as melhorias ao nível da eficiência energética.

Assim, o *2030 Climate and Energy Package* define os atuais objetivos climáticos a serem alcançados até 2030 com três metas primordiais: *i)* alcançar uma redução de, pelo menos, 40% das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) relativamente aos níveis de 1990; *ii)* atingir uma percentagem de, pelo menos, 32% de energias renováveis do consumo total de energia; *iii)* melhorias de 32,5% ao nível da eficiência energética (European Commission, 2021c). Contudo, como parte do lançamento do Pacote para o *European Green Deal*, a Comissão propôs, em 2020, revisões a algumas destas metas, nomeadamente, ao aumento dos valores de redução das emissões de GEE para os 55% em comparação com os níveis de 1990 (idem, 2021c).



De modo a alcançar tais metas e, conseqüentemente, verificar reflexos positivos no âmbito da segurança energética e da mitigação das alterações climáticas, os EM e as empresas têm de estar dispostos a esforçar-se no sentido de aderirem ao cumprimento das mesmas. Para tal, é fulcral que os países apoiem a necessidade de revisões constantes à legislação e documentação ao nível da UE (Patrahau & Gens, 2021), pois apenas através de uma abordagem coerente e adaptada a uma realidade em constante evolução será possível alcançar os objetivos estipulados.

Ademais, existe um conjunto de instrumentos já em vigor que facilitam o alcance destas metas. Em primeiro lugar, o importante *EU Emissions Trading System* (EU ETS), responsável por definir um preço sobre o carbono e diminuir as emissões de GEE de determinados setores económicos. Posto isto, é fulcral que a Comissão Europeia avance com a proposta de revisão a este sistema, no sentido de apostar numa diminuição ainda mais significativa do limite geral de emissões, mas também no aumento da taxa anual de redução (European Commission, 2021d). Adicionalmente, o *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM) é um instrumento importante, mas com um papel-chave consignado a evitar que as empresas fixadas na UE optem por transferir a sua produção intensiva em carbono para países terceiros, prejudicando o combate às alterações climáticas (idem, 2021d; 2021e). Posto isto, este mecanismo foca-se em criar o seguinte sistema:

*“EU importers will buy carbon certificates corresponding to the carbon price that would have been paid, had the goods been produced under the EU's carbon pricing rules. Conversely, once a non-EU producer can show that they have already paid a price for the carbon used in the production of the imported goods in a third country, the corresponding cost can be fully deducted for the EU importer.”*

European Commission, 2021e

Este mecanismo criado recentemente é fulcral, na medida que procura incentivar ao desenvolvimento de tecnologias que garantam uma produção mais sustentável, algo que o EU ETS não tem capacidade de fazer. Para além destes dois

importantes instrumentos, o *Effort Sharing Regulation* destaca-se ao reforçar os objetivos de redução das emissões de GEE em cada EM. A sua conotação primordial e única deriva do facto de reconhecer que, apesar dos EM serem parte de uma UE com objetivos comuns, as suas situações e capacidades são muito diferenciadas, existindo necessidade de basear as metas em indicadores como o PIB *per capita* de cada país (European Commission, 2021d).

Ademais, a UE deveria considerar adotar o *Carbon Take Back Obligation* (CTBO), tal como proposto por Kujiper et al. (2021). Este instrumento permitirá à União assegurar que os hidrocarbonetos colocados no mercado sejam utilizados sem emissão de CO<sub>2</sub>, graças à possibilidade do importador ou do produtor assegurar que, em vez do carbono ser diretamente emitido para a atmosfera, passe a ser armazenado. Se os mecanismos e instrumentos já existentes forem utilizados a par deste CTBO, os ganhos gerais para o alcance das metas climáticas e energéticas seriam ainda mais significativos.

Ao longo dos últimos anos, houve um aumento da consciencialização em torno dos ganhos decorrentes das melhorias ao nível da eficiência energética, não só em termos de concretização dos objetivos de política energética e climática, mas também no que diz respeito ao crescimento económico e à oferta de emprego (Leal-Arcas & Rios, 2015). Apesar de se pautar por uma abordagem nova e cada vez mais focada no lado da procura, a eficiência energética e as respetivas metas associadas à mesma passaram a ser vinculativas apenas muito recentemente graças aos esforços da Comissão no sentido de reformular a forma como a eficiência energética é contemplada. Para tal, definiu objetivos anuais vinculativos ao nível da UE, com recurso à revisão da Diretiva da Eficiência Energética (European Commission, 2021d).

Por fim, no que concerne às energias renováveis, a aposta e o desenvolvimento em tecnologia de baixo carbono vão ser fulcrais para avançar no sentido das metas propostas a este nível. No âmbito do *European Green Deal*, a Comissão propôs uma revisão à Diretiva das Energias Renováveis, de modo a aumentar o consumo de energias renováveis para 40% do consumo total de energia da UE até 2030 (idem, 2021d). Tal como previsto no Pacote para a União da Energia, é fundamental que a produção de

renováveis seja integrada de modo eficiente e progressivo no mercado competitivo, promovendo a inovação e a investigação. Assim, a legislação adotada deve ser totalmente implementada, garantindo as condições para a transição para uma economia sustentável, sobretudo no caso de setores como transporte, aquecimento e indústria, nos quais os combustíveis fósseis poluentes devem ser substituídos por energias renováveis e hidrogénio, mas também pelo desenvolvimento de redes de transmissão elétricas. Neste sentido, a construção de infraestruturas-chave é também fulcral, tal como previamente referido.

Em termos gerais, é possível verificar que a completação do mercado interno, os projetos comuns de infraestruturas e uma estratégia ambiental sustentável são apenas alguns dos diversos modos de acelerar o reforço da estratégia de segurança energética e de apostar numa diminuição da dependência relativamente a fornecedores externos. Posto isto, torna-se imperativo compreender que, isoladamente, não existe nenhuma estratégia ideal, mas, em conjunto, e graças a uma abordagem holística e coordenada entre todos os EM, que se devem basear nos valores de solidariedade e cooperação, será possível eliminar progressivamente a dependência num único fornecedor- a Rússia, ao mesmo tempo que será possível mitigar os efeitos das alterações climáticas.

## 6. CONCLUSÃO

Ao longo de toda esta análise, foi possível verificar que o alcance do adequado nível de segurança energética parece constituir-se como uma das principais problemáticas da UE, considerando a sua posição de importadora líquida de recursos energéticos. Esta vulnerabilidade é exacerbada pelo facto de ser significativamente dependente de um único fornecedor- a Rússia, particularmente, no âmbito do gás natural-, e de um reduzido número de rotas históricas.

Não obstante os esforços para a diversificação, o caminho a percorrer ainda é vasto e desafiante, por uma panóplia de motivos. Em primeiro lugar, a própria complexidade e inexistência de consenso em torno da aceção de segurança energética- um conceito que interliga e sobrepõe áreas tão variadas- dificulta a delineação de estratégias coerentes e coesas. A par disso, o facto da UE ser composta por 27 EM bastante heterogéneos, com realidades diferenciadas e interesses que, não raras vezes, divergem, acaba por tornar a tomada de decisão em prol da segurança e política energética um autêntico desafio. Ademais, o *modus operandi* russo relativamente ao gás natural, nomeadamente na elaboração de acordos bilaterais com a definição de preços extremamente competitivos para países que se alinham com os interesses russos dificulta a diversificação de fornecedores, de rotas e até mesmo de recursos energéticos. Algumas destas tendências são tão intrínsecas às dinâmicas de certos países da Europa Ocidental com a Rússia, dados laços histórico-económicos estabelecidos, que parece existir receio em relação à mudança.

A Alemanha, enquanto maior importadora de gás natural no seio da UE e maior compradora estrangeira de gás à Gazprom, tem um papel particularmente relevante nas dinâmicas energéticas europeias com a Rússia, não só porque a sua relação histórica garantiu benefícios a ambas as partes, mas também devido ao peso político que a primeira detém no seio da UE.

Ao longo das últimas décadas, a Alemanha beneficiou da sua relação histórico-comercial com a Rússia, procurando aprofundar a interdependência económica, sobretudo no setor do gás natural. Todavia, o foco excessivo na política de mudança

pela interdependência como paralelismo à *Ostpolitik* conduziu, não raras vezes, a Alemanha a negligenciar a segurança do fornecimento energético, a nível nacional e, conseqüentemente, também a nível europeu. Apesar dos esforços alemães durante a crise da Ucrânia, em 2014, a posição favorável ao *Nord Stream II* evidenciou uma inadequada liderança alemã na construção de um mercado de energia comum, bem como uma falha colossal no apoio aos esforços da Comissão para a aplicação da Estratégia de Segurança Energética, nomeadamente no que concerne à diversificação das rotas e do fornecimento de energia. Assim, por muito que a UE, desde o início dos anos 2000, com o desenvolvimento de reformas no mercado da energia, tenha sido um fator interveniente na relação germano-russa em torno do gás natural, a Alemanha continuou a insistir numa política sem resultados concretos, focada na mudança pela interdependência, com o objetivo de dar continuidade à sua relação privilegiada com a Gazprom. Posto isto, Berlim procurou, ao longo das últimas décadas, seguir os seus interesses nacionais, ainda que, em vários momentos, tivesse sido particularmente condicionada nas suas ações devido ao facto de integrar a UE e estar sujeita ao seu enquadramento, nomeadamente, em alguns aspetos de matéria energética.

Ainda assim, a suspensão da certificação do *Nord Stream II*, como resultado do reconhecimento russo quanto à independência das zonas separatistas da região de Donbass poderá ser interpretado como sinal de recuo relativamente às dinâmicas germano-russas em torno do gás natural, com a Alemanha a alinhar-se cada vez mais à estratégia energética da UE.

A recente invasão russa à Ucrânia, em 2022, veio expor, uma vez mais, os perigos da dependência de um único fornecedor, sobretudo quando o *modus operandi* do mesmo é desajustado em relação aos valores europeus. Ademais, evidenciou que a UE tem um vasto caminho a percorrer em direção à redução da dependência e reforço da segurança energética, à medida que pretende transitar para uma economia mais sustentável. Este é um processo que se prevê longo e complexo, ao implicar, entre outros aspetos, esforços na completação do mercado interno, no desenvolvimento e aplicação dos projetos comuns de infraestrutura e de uma estratégia ambiental sustentável. A abordagem adotada pela UE terá de se refletir numa visão holística de

cooperação e coesão entre todos os EM, de modo a eliminar progressivamente a dependência na Rússia como fornecedor primordial de gás natural, a par dos esforços para a mitigação dos efeitos nefastos das alterações climáticas.

## REFERÊNCIAS

- [01] Adomeit, H. (2015). German-Russian Relations: Change of Paradigm versus “Business as Usual”. *Notes do Cerfa* 120.
- [02] Ang et al. (2015). Energy Security: Definitions, dimensions and indexes. *Renewable and Sustainable Energy Reviews* 42, 1077-1093.
- [03] Asian Pacific Research Centre (2007). *A Quest For Energy Security in the 21st century: resources and constraints*. [online]. Available at: <[https://aperc.or.jp/file/2010/9/26/APERC\\_2007\\_A\\_QUEST\\_FOR\\_ENERGY\\_SECURITY.pdf](https://aperc.or.jp/file/2010/9/26/APERC_2007_A_QUEST_FOR_ENERGY_SECURITY.pdf)> [Accessed 15 February 2022].
- [04] Austvik, O. (2016). The Energy Union and security-of-gas supply. *Energy Policy* 96, 372-382.
- [05] Azzuni, A. e Breyer, C. (2018). Definitions and dimensions of energy security: a literature review. *WIREs Energy and Environment* 7 (1), 1-34.
- [06] Banco Mundial (2022). Natural gas rents (%of GDP). [online]. Available at: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.NGAS.RT.ZS?end=2020&start=2020&view=map>. [Accessed 25 February 2022].
- [07] Banco Mundial (2022). Oil rents (%of GDP). [online]. Available at: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PETR.RT.ZS?view=map&year=2019>. [Accessed 25 February 2022].
- [08] Belkin, P., Ratner, M., Welt, C. (2021). Russia’s Nord Stream 2 Natural Gas Pipeline To Germany. *Congressional Research Service IF 11138*.
- [09] Belyi, A. (2015). *Transnational Gas Markets and Euro-Russian Energy Relations*. 1ª Edição: Palgrave Macmillan.
- [10] Boersma, T. (2015). The challenge of completing the EU internal market for natural gas. *European Policy Analysis* 27, 1-12.
- [11] Bros, A., Mitrova, T., Westphal, K. (2017). German-Russian Gas Relations: A Special Relationship in Troubled Waters.
- [12] Bundesanstalt für Geowissenschaften und Rohstoffe (BGR- Federal Institute for Geosciences and Natural Resources) (2020). Natural Gas. [online]. Available at:

- <[https://www.bgr.bund.de/EN/Themen/Energie/Erdgas/erdgas\\_inhalt\\_en.html](https://www.bgr.bund.de/EN/Themen/Energie/Erdgas/erdgas_inhalt_en.html)  
> [Accessed 20 February 2022].
- [13] Camacho, P. & Rodrigues, T. (2017). A agenda energética EU-Rússia: uma relação de interdependência. Lisboa: Geo4Ger, p. 1-18, WP Series - A Geopolítica do Gás e o Futuro da relação Euro-Russa.
- [14] Casier, T. (2011). Russia's Energy Leverage over the EU: Myth or Reality?. *Perspectives on European Politics and Society* 12 (4), 493-508.
- [15] Cherp, A. e Jewell, J. (2011). The Three perspectives on energy security: intellectual history, disciplinary roots and the potential for integration. *Current Opinion in Environmental Sustainability* 3, 202-212.
- [16] Cherp, A. e Jewell, J. (2014). The concept of Energy Security: Beyond the four A's. *Energy Policy* 75, 415-421.
- [17] Chivvis, C. S., Rid, T. (2009). The Roots of Germany's Russia Policy. *Survival: Global Politics and Strategy*, 51 (2), 105-122.
- [18] Ciucci, M. (2021). Mercado Interno da Energia. Fichas Técnicas sobre a União Europeia.
- [19] Council of the European Union (2022). *Member states commit to reducing gas demand by 15% next winter.* [online]. Available at: <<https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2022/07/26/member-states-commit-to-reducing-gas-demand-by-15-next-winter/>> [Accessed 30 July 2022].
- [20] Collins, G. (2017). Russia's Use of the "Energy Weapon" in Europe. Issue Brief nº 07-18-07. Rice University's Baker Institute for Baker Institute for Public Policy Houston, Texas.
- [21] Deese, D. A. (1979). Energy: Economics, Politics and Security. *International Security* 4 (3), 140-153.
- [22] Diretiva (UE) 2019/692 do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2009/73/CE que estabelece regras comuns para o mercado interno do gás natural [online] (2019). Jornal Oficial da União Europeia. L117, 1-7. Available at: < <https://eur-lex.europa.eu/legal->



- <content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019L0692&from=DE>> [Accessed 30 April 2022].
- [23] Dyson, T. (2016). Energy Security and Germany's Response to Russian Revisionism: The Dangers of Civilian Power. *German Politics* 25 (4), 500-518.
- [24] Dyson, T.; Konstadinides, T. (2016). Enhancing Energy Security in the European Union: Pathways to Reduce Europe's Dependence on Russian Imports. *European Law Review* 41 (4), 535-556.
- [25] Elbassoussy, A. (2019). European energy security dilemma: major challenges and confrontation strategies. *Review of Economics and Political Science* 4 (4), 321-343.
- [26] Energy Community (2022). [online]. Available at: < <https://www.energy-community.org/aboutus/whoweare.html> > [Accessed 19 May 2022].
- [27] European Commission (2014). *European Energy Security Strategy* . [online]. Available at: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52014DC0330&from=EN>> [Accessed 11 February 2022].
- [28] European Commission (2015). Energy Union Package: A Framework Strategy for a Resilient Energy Union with a Forward-Looking Climate Change Policy. [online]. Available at: < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52015DC0080> > [Accessed 19 May 2022].
- [29] European Commission (2019). *Third Energy Package - Energy European Commission*. [online] Available at: [https://energy.ec.europa.eu/topics/markets-and-consumers/market-legislation/third-energy-package\\_en](https://energy.ec.europa.eu/topics/markets-and-consumers/market-legislation/third-energy-package_en)> [Accessed 20 April 2022].
- [30] European Commission (2021a). *Shedding light on energy in the EU: a guided tour of energy statistics*. [online]. Available at:< [https://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/energy\\_2021/index.html?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/cache/infographs/energy_2021/index.html?lang=en)> [Accessed 18 February 2022].
- [31] European Commission (2021b). Questions and Answers on the fifth list of energy Projects of Common Interest (PCIs). [online]. Available at:<

- [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda\\_21\\_6093](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_21_6093)>  
[Accessed 23 May 2022].
- [32] European Commission (2021c). 2030 climate & energy framework. [online]. Available at: < [https://ec.europa.eu/clima/eu-action/climate-strategies-targets/2030-climate-energy-framework\\_en](https://ec.europa.eu/clima/eu-action/climate-strategies-targets/2030-climate-energy-framework_en) > [Accessed 24/05/2022].
- [33] European Commission (2021d). European Green Deal: Commission proposes transformation of EU economy and society to meet climate ambitions. [online]. Available at: <[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_21\\_3541](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_21_3541)> [Accessed 25 May 2022].
- [34] European Commission (2021e). Carbon Border Adjustment Mechanism: Questions and Answers. [online]. Available at: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda\\_21\\_3661](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_21_3661) . [Accessed 25 May 2022].
- [35] European Commission (2022a). Energy Imports Dependency. [online]. Available at: <[https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/NRG\\_IND\\_ID\\_\\_custom\\_3244427/default/table?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/NRG_IND_ID__custom_3244427/default/table?lang=en). [Accessed 18 February 2022].
- [36] European Commission (2022b). REPowerEU: Joint European action for more affordable, secure and sustainable energy. [online]. Available at: <[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_22\\_1511](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_22_1511) > [Accessed 18 May 2022].
- [37] European Commission (2022c). Diversification of gas supply sources and routes. [online]. Available at: <[https://energy.ec.europa.eu/topics/energy-security/diversification-gas-supply-sources-and-routes\\_en](https://energy.ec.europa.eu/topics/energy-security/diversification-gas-supply-sources-and-routes_en)> [Accessed 23 May 2022].
- [38] European Commission (2022d). EastMed Pipeline Project- Development Phase. . [online]. Available at: < <https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility/cef-energy/7.3.1-0023-cyel-s-m-17>> [Accessed 24 May 2022].
- [39] Fix, L. (2021) Germany's Role in European Russia Policy: a New German Power?, 1<sup>st</sup>ed. Palgrave Macmillan Cham.

- [40] Forsberg, T. (2016). From Ostpolitik to frostpolitik? Merkel, Putin and German foreign policy towards Russia. *International Affairs* 92 (1), 21-42.
- [41] Franza, L., Linde, C. (2016). Geopolitics and the Foreign Policy Dimension of EU Energy Security.
- [42] Gazprom (2018). Germany: The biggest foreign buyer of Russian gas. [online]. Available at: <<https://www.gazprom.com/projects/germany/>> . [Accessed 21 February 2022].
- [43] Goldthau, A.; Sitter, N. (2020). Power, authority and security: the EU's Russian gas dilemma. *Journal of European Integration* 42 (1), 111-127.
- [44] Guimarães, M. J. (2022). Alemanha dá o mote com a suspensão da certificação do Nord Stream 2. *Público* [online]. Fevereiro. Available at: <<https://www.publico.pt/2022/02/22/mundo/noticia/alemanha-tom-suspensao-certificacao-nord-stream-2-1996460>> . [Accessed 30 April 2022].
- [45] Högselius, P. (2013). *Red Gas: Russia and the Origins of European Energy Dependence*. 1ª Edição, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- [46] Ignatov, A. (2020). Analysis of the energy security of the European Union and the related Policy Framework. *Global Economy Journal* 20 (1), 1-27.
- [47] Keohane, R., and Nye, J. (1989). *Power and interdependence*. 2ª edição, Nova Iorque: Harper Collins.
- [48] Khrushcheva, O. (2011). The Creation of an Energy Security Society as a Way to Decrease Securitization Levels between the European Union and Russia in Energy Trade. *Journal of Contemporary European Research* 7 (2), 216-230.
- [49] Krickovic, A. (2015). When Interdependence Produces Conflict: EU-Russia Energy Relations as a Security Dilemma. *Contemporary Security Policy* 36 (1), 3-26.
- [50] Kujiper, M.; Holleman, E.; Soest, J.P.v. (2021). Carbon Takeback Obligation: A Producers Responsibility Scheme on the Way to a Climate Neutral Energy System.
- [51] Leal-Arcas, R.; Rios, J. A. (2015). The Creation of a European Energy Union. [online]. Available at:

- <https://www.researchgate.net/publication/278373560> The creation of a European Energy Union > [Accessed 19 May 2022].
- [52] Leitão, A. (2010). *Dinâmicas e relacionamento entre a Rússia e a Europa: o sector energético*. Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Available at: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/14493> > [Accessed 23 May 2022].
- [53] Lough, J. (2021). *Germany's Russia Problem: The Struggle for Balance in Europe*, 1ª ed. Manchester University Press.
- [54] Momotova, A. (2018). Impacto do Energiewende Alemão na Europa: o Papel do Nord Stream 2 na Segurança Energética Europeia. In: Viana, V.R. (Eds.) *IDN cadernos- III SEMINÁRIO IDN JOVEM*, Instituto de Defesa Nacional, pp. 237-254.
- [55] Patrahau, I.; Geuns, L. v. (2021). *Gas Supply Security in the Netherlands: Geopolitical and Environmental Dilemmas*. The Hague Centre for Strategic Studies Geo-economics.
- [56] Reed, S. (2022). *Russia cuts Natural Gas Flow to Germany Yet Again*. The New York Times [online]. Julho. Available at: <https://www.nytimes.com/2022/07/27/business/russia-natural-gas-germany.html> > [Accessed 30 July 2022].
- [57] Russel, M. (2020). *Energy security in the EU's external policy*. In-Depth Analysis European Parliamentary Research Service.
- [58] Siddi, M. (2016a). German Foreign Policy towards Russia in the Aftermath of the Ukraine Crisis: A New Ostpolitik?. *Europe-Asia Studies* 68 (4), 665-677.
- [59] Siddi, M. (2016b). The EU's Energy Union: A Sustainable Path to Energy Security?. *The International Spectator* 51 (1), 131-144.
- [60] Siddi, M. (2017). Identities and Vulnerabilities: The Ukraine Crisis and the Securitisation of the EU-Russia Gas Trade. In: Szulecki, K., (Eds.) *Energy Security in Europe: Divergent Perceptions and Policy Challenges*, 1ª edição, Cham:Palgrave Macmillan.
- [61] Siddi, M. (2018). The Role of Power in EU-Russia Energy Relations: The Interplay between Markets and Geopolitics. *Europe-Asia Studies* 70 (10), 1552-1571.

- [62] Siddi, M. (2020). EU-Russia Energy Relations. In: Knodt, M; Kemmerzell, J. (Eds) *Handbook of Energy Governance in Europe*, 1ª Edição, Cham: Springer.
- [63] Sovacool, B. K. e Brown, M. A. (2010). Competing Dimensions of Energy Security: An International Perspective. *Annual Review of Environment and Resources* 35, 77-108.
- [64] Stamouli, N. (2022). EastMed: a pipeline project that ran afoul of geopolitics and green policies. *POLITICO* [online]. 18 de janeiro. Available at: <<https://www.politico.eu/article/eastmed-a-pipeline-project-that-ran-afoul-of-geopolitics-and-green-policies/>> [Accessed 24 May 2022].
- [65] The Ministry of the Republic of Azerbaijan (2022). The Southern Gas Corridor. [online]. Available at: <[https://minenergy.gov.az/en/layiheler/cenub-qaz-dehlizi\\_2196](https://minenergy.gov.az/en/layiheler/cenub-qaz-dehlizi_2196)> [Accessed 24 May 2022].
- [66] Umland, A. (2021). Germany's Russia Policy in Light of the Ukraine Conflict: Interdependence Theory and Ostpolitik. *Orbis* 66 (1), 78-94.
- [67] US Energy Information Administration (2020). *Germany Analysis*. [online]. Available at: <<https://www.eia.gov/international/analysis/country/DEU>> [Accessed 20 February 2022].
- [68] Westphal, K. (2014). Institutional change in European natural gas markets and implications for energy security: lessons from the German case. *Energy Policy* 74, 35-43.
- [69] Westphal, K. (2020). German-Russian gas relations in face of the energy transition. *Russian Journal of Economics* 6, 406-423.
- [70] Wettengel, J. (2022). *Germany and the EU remain heavily dependent on imported fossil fuels*. [online]. Available at: <<https://www.cleanenergywire.org/factsheets/germanys-dependence-imported-fossil-fuels>> [Accessed 21 February 2022].
- [71] Wiggel, M., Vihma, A. (2016). Geopolitics versus geoeconomics: the case of Russia's geostrategy and its effects on the EU. *International Affairs* 92 (3), 605-627.
- [72] Yergin, D. (1988). Energy Security in the 1990's. *Foreign Affairs* 67 (1), 110-132.